



**MARIA ADRIANA DOS SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ (1869-1889)**

**MACEIÓ  
2011**

**MARIA ADRIANA DOS SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ (1869-1889)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Centro de Educação da Universidade Federal de  
Alagoas com requisito parcial à obtenção do grau de  
Licenciada em Pedagogia.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças de Loliola Madeira

**MACEIÓ  
2011**

**MARIA ADRIANA DOS SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ (1869-1889)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.**

---

Aprovado em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria das Graças de Loiola Madeira  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roseane Maria de Amorim  
Universidade Federal de Alagoas

**Aos meus pais, Benedito (in memorian) e Iracema, e minha madrinha Heloisa, que sempre incentivaram os meus estudos.**

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria das Graças de Loiola Madeira, pelo estímulo, pela paciência e disposição que teve em me orientar, apontando várias vezes sugestões de leituras, proporcionando assim novos olhares.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público do Estado de Alagoas, por facilitarem o acesso à pesquisa e por estarem à disposição para nossas imprecisões, fornecendo assim subsídios destes riquíssimos acervos locais.

Ao grupo de pesquisa *Caminhos da Educação em Alagoas*, pelas contribuições valiosas desde as discussões até as sugestões apresentadas na minha pesquisa.

À colega e amiga Manuella Souza de Oliveira, que compartilhou durante o curso artigos voltados para a temática.

Aos professores e aos colegas do Curso de Pedagogia da UFAL, por terem feito parte da minha formação de pedagoga.

A minha família, pelo apoio incondicional nesta caminhada em que muitas vezes soube compreender as minhas ausências.

E de modo geral aos meus amigos que sempre estiveram torcendo pela minha formação.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar a trajetória da Escola Normal de Maceió, no final do Império (1869 – 1889), cujo foco é compreender o processo de formação do professorado obtido nesta instituição, enquanto formadora de professores para o ensino das escolas de primeiras letras. Para resultado deste estudo foi necessário a realização de pesquisa nos dois acervos locais: no Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Público do Estado de Alagoas. Quanto aos tipos de documentos localizados nos acervos, foram utilizados alguns relatórios de presidente de Província e de inspetores de instrução pública, manuscritos, os compêndios de autores do século XIX destinados à Escola Normal de Maceió e as escolas primárias, além dos jornais da época *Diario das Alagoas*, *O Liberal*, *o Gutenberg* e o *Jornal das Alagoas*. Escolhemos alguns autores para dar suporte a este estudo como Vilela (1982), Stephanou e Bastos (2005), Gondra e Schueler (2008), Araújo, Freitas e Lopes (2008). No decorrer do texto realizamos uma análise de como era a educação nos Oitocentos em âmbito nacional e local, com relação à atuação dos docentes nas escolas de primeiras letras, quanto a sua forma de ensino, ou seja, os métodos, possivelmente utilizados na época, demos ênfase ao método mútuo, visto que foi um método recomendado nacionalmente para formação dos professores. Vale ressaltar que antes da efetivação da Escola Normal, o ensino estava nas mãos de professores que não possuíam habilitação específica. Neste sentido, as condições exigidas para ser professor primário era que soubesse ler, escrever, contar e que tivesse conhecimento em doutrina cristã. A partir dos estudos sobre a primeira Escola Normal do Brasil, no Município da Corte, e aquelas criadas no Nordeste, foi possível uma melhor concepção de como se deu o processo de formação do professorado na Escola Normal na Província das Alagoas.

Palavras-chave: Escola Normal – Profissão docente – Império

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPITULO I – A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX E A FORMAÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>14</b>
1.1 – A situação da formação docente no Brasil.....	14
1.2 – Método de ensino mútuo: lugar de formação docente no Império.....	17
<b>CAPITULO II – AS ESCOLAS NORMAIS DAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>25</b>
2.1 – A origem da primeira Escola Normal do Brasil.....	25
2.2 – Breve Histórico das Escolas Normais do Nordeste.....	28
<b>CAPITULO III - A Escola Normal de Maceió.....</b>	<b>33</b>
3.1 – Ideia, criação e instalação.....	33
3.2 – A Formação dos primeiros docentes.....	36
3.2.1 – Traços biográficos de alguns docentes.....	38
3.3 – Os Primeiros discentes.....	41
3.3.1 – Traços biográficos de alguns discentes.....	45
3.4 – O Compêndio de Pedagogia Prática (1886).....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Nos primeiros decênios do século XIX, observa-se que surge nas províncias brasileiras, à necessidade de habilitar os professores primários, por meio de uma instituição destinada a capacitação para o magistério. Esta necessidade estava atrelada ao desejo de resolver alguns dos problemas referentes à instrução primária, pois o fracasso do ensino também era visto como responsabilidade atribuída ao despreparo dos mestres, os quais não possuíam formação específica. De acordo com Costa (1931), às condições exigidas ao mestre que fosse lecionar nas escolas de primeiras letras de Alagoas, bastava saber ler, escrever e contar, além de apresentar boa conduta moral e religiosa. Dessa forma, a solução para a melhoria da qualidade do ensino primário estaria em criar uma escola normal, onde deveriam ingressar tanto os que já lecionavam quanto aqueles que começariam a carreira docente. Perante a necessidade que havia em melhorar o ensino primário através das escolas normais, no entanto, sem as condições necessárias por partes dos governantes, questiona-se: **como se deu o processo de formação dos professores na Escola Normal de Maceió no período Imperial?**

Deste modo, este estudo pretende abordar a trajetória da Escola Normal de Maceió no final do Império (1869 – 1889), cujo foco é compreender o processo de formação do professorado obtido nesta instituição, enquanto formadora de docentes para o ensino nas escolas de primeiras letras da província alagoana. Neste sentido, foi a partir da efetivação da Escola Normal de Maceió que os mestres tiveram direito a seguir a carreira do magistério, obtendo títulos de habilitação, conforme a lei 424 de 1864, sendo então uma conquista do professorado.

Quanto ao processo de escolarização, era diferenciada. A produção literária sobre a temática nos informa que a elite composta pela minoria da população transcurava desde o ensino primário, secundário até atingir o superior. Estes intelectuais que dominavam as letras e ocupavam vários cargos nas províncias eram do sexo masculino. Destinava-se o ensino elementar e profissional aos pobres e as mulheres, logo, havia um discurso moralizador e civilizador que recaía sobre a população, cuja resolução somente se daria pelo desenvolvimento do ensino primário, por meio da leitura e da escrita. O que de fato funcionava era o controle dos governantes para com a população através de poucos recursos do ensino. Todavia, o número de alunos que a frequentava era reduzido. Segundo Chamon (2005, p. 77):



A educação da classe dominante caracterizava-se por um ensino elementar, dado por professores particularmente contratados para ensinar a seus filhos, por escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores. Já a educação do povo compunha-se de escola primária e escola profissionalizante.

Portanto, era papel do professor educar e instruir as crianças. Neste sentido, os termos “instrução e educação” utilizados à época não estavam dissociados, um complementava o outro. “A ação educacional era resultante da união desses dois elementos. A concepção da instrução pública consistia na difusão de princípios éticos, morais, religiosos, políticos e culturais.” (XAVIER, 2001, p. 27). Entretanto, ambos os termos tinham finalidades distintas:

[...] A instrução forma para o desempenho da autonomia intelectual, moral e política e não para ser um membro dessa ou daquela agremiação ou mesmo pátria. O segundo elemento diferenciador diz respeito às faculdades às quais elas se dirigem, exercitam e privilegiam [...]” (SILVA, 2004, p. 45).

No que diz respeito à terminologia encontrada nos textos e documentos da época ora a denominação “escola normal” ora “curso normal”, é preciso entendermos a distinção da instituição destinada à profissão docente, para que possamos esclarecer e adotar um termo para a discussão deste estudo. De acordo com Duarte (1961) o “curso normal” de Maceió estaria atrelado ao Liceu Alagoano, assim como aqueles das demais províncias brasileiras, incluindo os ateneus e outros espaços alugados. Logo, como não havia uma instalação própria e adequada, esta instituição passou a funcionar em estabelecimentos alugados, e seria reconhecida como curso e não como escola: “Vivendo bem ou mal, junto ao liceu, o curso normal passou à categoria de Escola Normal com a sua desanexação, obtendo assim autonomia. Mudou-se para casa própria, embora com acomodações precárias”. (1961, p. 103). A desanexação mencionada pelo autor só ocorreu na primeira década do século XX. Diante do projeto que havia da tão sonhada Escola durante o Império, passamos a adotar no decorrer do texto o termo Escola Normal.

Ao abordar o termo “normal” com colegas do Curso de Pedagogia ou de outros cursos de licenciatura, estes questionavam as razões pelas quais a instituição recebia tal denominação. O significado se deu devido às normas e regras da instituição, que seria o acesso oficial para os mestres que desejassem ser habilitados para lecionar nas escolas de primeiras letras. “Foi a partir dessa preocupação de incutir *normas* que surge a idéia de institucionalizar as escolas normais, como locais autorizados para a formação de um novo corpo de funcionários públicos.” (VILELLA, 2008, p.30).

Com relação aos estudos que tratam sobre a mencionada instituição não há produção acadêmico local aprofundado, com exceção da obra clássica de Humberto Vilela *A Escola Normal de Maceió – 1869 a 1937*, publicada em 1982. Ele traça um breve percurso desde a efetivação da Escola Normal indo até os primeiros meados do século XX. Debruçou-se sobre algumas fontes, como compêndios, relatórios de inspetores e de presidente de província e periódicos alagoanos. Outros autores citam de forma sucinta sobre a Escola Normal como: Craveiro Costa, *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas* (1931), e Élcio de Gusmão Verçosa, *Caminhos da Educação em Alagoas – da colônia aos tempos atuais* (2001), no qual reedita uma parte do texto de Costa. Ambas as obras são essenciais também para conhecer o ensino de Alagoas no Império. O Abelardo Duarte em *História do Liceu Alagoano* (1961), embora destaque a história do liceu desde sua criação até 1960, também faz referência a Escola Normal de Maceió, em razão de nos oitocentos haver uma dependência da estrutura física e dos professores do liceu provincial.

### **A escolha do tema e as dificuldades da localização dos vestígios.**

O interesse pela temática *A Trajetória da Escola Normal de Maceió (1869-1889)* surgiu quando ingressei no grupo de pesquisa *Caminhos da Educação em Alagoas*, no qual passei a me integrar no projeto de pesquisa<sup>1</sup> do referido grupo. O primeiro contato com o grupo de pesquisa aconteceu a partir do convite feito pela professora/ orientadora, no primeiro semestre do Curso de Pedagogia 2007.1 no período noturno, quando cursava a disciplina “Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia”. Com a inserção no grupo, passei a frequentar e a pesquisar o acervo do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público do Estado de Alagoas, ambos localizados em Maceió. No decorrer da pesquisa foi possível localizar fontes sobre o universo de temas em debate no século XIX, tais como a escola noturna, a educação do negro, o ensino secundário, dentre os quais constavam aqueles relacionados à Escola Normal de Maceió e a formação docente. Cada documento histórico (jornais, relatórios, compêndios) localizado no acervo era subsídio essencial para entender o processo de formação docente no período imperial.

A minha participação no grupo de pesquisa foi de grande importância para que nosso juízo crítico pudesse ser mais refinado ao ler e interpretar as fontes históricas. A minha formação de pesquisadora na área de História da Educação tem sido mais cuidada com esta

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa intitulado *Roteiro de fontes da educação em periódicos de Alagoas* que trata sobre a história da educação alagoana, tendo como fonte os jornais do século XIX e XX.

experiência. No que diz respeito ao trabalho que tive como colaboradora no projeto de pesquisa, no qual me detive em mapear e catalogar matérias jornalísticas referentes à educação alagoana, nos dois acervos, foram relevantes para minha pesquisa, pela possibilidade de recuperar dados sobre a temática nos jornais da época. Com esses vestígios fui tentando acompanhar o percurso da Escola Normal de Maceió pela imprensa local. Diante dos fragmentos encontrados, podemos observar que é na busca por vestígios que a pesquisa pode se tornar muitas vezes angustiante, mas também divertida (LARA, 2008). Logo, interessei-me em aprofundar e conhecer a formação docente, ou seja, a trajetória da Escola Normal da Província de Alagoas no final do Império.

Com estas experiências foi possível constatar que o campo histórico é muito mais largo do que se supõem, cada pista nos remete a outra e a outra. Aos poucos vamos expandido nossa leitura do mundo por meio da palavra escrita.

As leituras e discussões em torno de algumas obras da área de História da Educação foram fundamentais para minha formação e ampliação do conhecimento acerca do material pesquisado. Deparamos-nos com informações importantes que nos ajudam a compreender melhor a época investigada. É uma forma de ampliar a compreensão do conteúdo encontrado, cuja publicação é sucinta. Assim, o pesquisador não se tornar refém das “miopias” de cada época (BLOCH, 2001). As possibilidades de trabalho com fontes textuais nos fazem refletir sobre a relação entre o historiador e suas fontes no decorrer de uma pesquisa. O pesquisador tem um olhar seletivo, e somente responderá sua pergunta se souber indagar. Para tanto deve se ter uma boa formação sobre a temática na qual se debruça. Neste sentido, Lara afirma:

Quando queremos saber coisas que não estão explicitamente registradas por eles, ou que não estão ligadas às motivações que deram origem aos escritos, temos que recorrer a estratégias para obter informações – inventar modos e meios de retirar dados e obter respostas para nossas perguntas – e, portanto, inventar fontes. (LARA, 2008, p. 19)

Esse diálogo entre teoria e fonte é fundamental para qualquer trabalho acadêmico, mais ainda talvez para quem trabalha com vestígios historiográficos, porque o conteúdo que nos chega é breve e pouco nos informa sobre o passado pesquisado. Como qualquer outra fonte, é necessário que as informações sejam cruzadas com outras fontes.

Quanto ao trabalho enfrentado durante a pesquisa, podemos mencionar a transcrição das notícias jornalistas encontradas nos periódicos. À medida que escrevemos

conseqüentemente já fazemos a leitura, sendo proveitoso passar horas e horas lendo as várias notícias sobre a educação. É o que nos aponta a afirmação de Farge:

Trata-se, evidentemente, desse adicional de vida que inunda o arquivo e instiga o leitor no que ele tem de mais íntimo. O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão. (FARGE, 2009, p. 36)

No entanto, devido ao tempo, para finalização do trabalho que demanda prazos estabelecidos, senti a necessidade de agilizar a recuperação destes vestígios. Outro impasse foi à dificuldade de compreensão do conteúdo das notícias jornalísticas, devido à linguagem do século XIX e a forma de pensar que é diferente da nossa. Há também alguns periódicos que estão em precárias condições de consulta, em fase de decomposição, e jornais que estão lacrados por motivos de extravio. Tudo isto nos deixa dificuldades no momento da consulta. O horário de funcionamento do Arquivo Público do Estado de Alagoas foi outro impasse, pois apesar de funcionar nos dois horários, não se encontrava com os acervos localizados de maneira acessível<sup>2</sup>. Vale mencionar também às atribuições enfrentadas durante o Curso de Pedagogia, pela dificuldade de dedicação a pesquisa, tendo que conciliar com os estudos de outras disciplinas que pouco ajudavam no entendimento do objeto de estudo.

Com relação à experiência que tive com os periódicos dos quais foi possível localizar notícias sobre a Escola Normal de Maceió foram: *Diario das Alagoas*, *O Liberal*, *o Gutenberg* e o *Jornal das Alagoas*. O primeiro contato levou-me a ter um olhar limitado diante da riqueza do material, dando pouca importância às fontes. Nos primeiros dias não localizei matérias sobre a educação, o que me levou a concluir que era um estudo que parecia ser árduo e monótono. Neste sentido, a pesquisa com os jornais pode ser comparada a um trabalho de garimpagem em que muitas vezes não encontramos ao longo de uma semana vestígio sobre a temática. Contudo passei a compreender que as informações contidas nas matérias publicadas na época, são fontes fundamentais para recuperar a História da Educação no seu sentido mais amplo.

De acordo com Marc Bloch (2001, p. 73):

[...] o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo

---

<sup>2</sup> Desde o início de Agosto de 2010 até primeira quinzena de março de 2011 o Arquivo Público do Estado de Alagoas encontrava-se fechado para a restauração do prédio, reabrindo em outro local. Logo, ao finalizar esta pesquisa o andamento ficou restrito novamente ao IHGAL, que funciona apenas no turno da manhã disponibilizando apenas três horas e meia para pesquisa e que vem cobrando uma taxa para acessar o acervo.

impossível de captar? Pouco importa que o objeto original se encontre, por natureza, inacessível à sensação, como o átomo cuja trajetória é tornada visível.

## **Procedimentos metodológicos**

Para resultado deste trabalho foi necessário a realização de pesquisas desenvolvidas nos dois acervos locais do estado das Alagoas no Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Público. Quanto aos tipos de documentos localizados nos acervos locais, foram utilizadas as seguintes fontes: alguns relatórios dos presidentes da província e de inspetores de instrução pública, os manuscritos da instrução pública, os compêndios de autores do século XIX destinados à Escola Normal de Alagoas e as escolas primárias, além dos jornais da época *Diario das Alagoas*, *O Liberal*, *Gutenberg* e o *Jornal das Alagoas*. Quanto aos manuais destacamos o *Compêndio de pedagogia Pratica (1886)* destinado aos normalistas, publicado pelo primeiro diretor e professor da Escola Normal de Maceió, Joaquim José de Araújo, sendo possível constatar os métodos sugeridos aos professores que iriam lecionar nas escolas primárias. O compêndio didático *Elementos de Geografia e Cosmografia oferecido à mocidade alagoana (1874)*, do médico Tomaz do Bonfim Espíndola, obra que teve circulação na Escola Normal de Maceió e no Liceu Alagoano. É possível ter acesso aos modos de ensinar da época a partir das mencionadas obras.

Alguns autores foram escolhidos para dar suporte a este estudo como a citada obra de Humberto Vilela. Utilizamos também a coletânea *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República (2008)*, organizados pelos autores Araújo, Freitas e Lopes. A obra traz vários textos sobre as primeiras escolas normais do Império, dos quais selecionamos o estudo da primeira do Brasil que foi a de Niterói – Rio de Janeiro, e as instituições fundadas no Nordeste. Analisamos a obra de Bastos e Faria Filho (1999) para compreendermos o método de ensino mútuo. Debruçamos na obra Stephanou e Bastos, intitulada *Histórias e memórias da educação no Brasil do século XIX (2006)* e também de José Gondra e Schueler com o livro *Educação, poder e sociedade no império brasileiro* publicado em 2008.

Os capítulos encontram-se estruturados da seguinte maneira, o primeiro aborda resumidamente sobre a educação no século XIX e a formação docente, compreendendo o processo de ensino antes do funcionamento da Escola Normal. Neste sentido, é uma maneira de entender os métodos utilizados na época, além de verificar os critérios exigidos para o professor ministrar as aulas de primeiras letras. Para entender a influência que o método mútuo teve para o surgimento da escola normal. O segundo capítulo trata sobre a origem da

Escola Normal, inspirada no modelo Francês, tendo sua primeira escola fundada em Niterói – RJ. A partir dela as demais fundadas nas províncias brasileiras passaram a ser criadas e efetivadas. As escolas normais do Nordeste terão lugar de destaque, no sentido de compará-las com a Escola Normal de Maceió. O foco principal deste estudo está no terceiro capítulo que aborda a trajetória da Escola Normal de Maceió, logo desdobraremos de forma que possa ser compreendida sua importância na História da Educação docente de Alagoas a partir da efetivação do referido curso. Analisando a legislação, a regulamentação, o currículo e os primeiros compêndios destinados aos normalistas. Desta forma, analisando suas principais dificuldades, impasses, além das conquistas. Na parte final do texto alguns traços biográficos de docentes e discentes serão abordados. Sendo uma forma de recuperar parte da vida dos principais mentores da instituição, que contribuíram na formação daqueles que lecionariam nas escolas primárias. E evidenciar quem foram os primeiros normalistas que ingressaram nesta instituição, saber se já lecionavam, e se ocupavam outros cargos na época.

## CAPITULO I

### A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX E A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

#### 1.1 – A situação da formação docente no Brasil

A literatura sobre a educação nas províncias brasileiras nos oitocentos apresenta a criação de várias leis reguladoras do processo de escolarização do Império, uma delas regulamentava o ensino público e gratuito nas províncias brasileiras, publicada em 15 de outubro de 1827. Determinava-se que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Com o resultado desta lei “foi delegado às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária em seus territórios [...]” (CHAMON, 2005, p. 29).

Neste sentido, diante da prescrição da Lei de 1827 aqueles que quisessem seguir a carreira do magistério, ou para os professores que já estavam assumindo tal função deveriam adquirir e apresentar alguns conhecimentos perante a banca examinadora, que passou a ser obrigatória, uma espécie de concurso. Logo, observa-se que antes da criação e efetivação das escolas normais brasileiras, já havia exigência para a conquista da docência. Segundo Gondra e Schueler (2008), os candidatos teriam que ler um compêndio para realização da prova de leitura, escrita e cálculo. Com relação ao exame de leitura haveria questões sobre “análise gramatical, sintaxe, regência e concordância, em um ou mais períodos”. Após este seria a prova escrita que abordaria “ortografia, acentuação e pontuação”. Em relação ao exame de aritmética, eram exigidas “as quatro operações, práticas de quebrados, decimais, proporções e geometria”. Os candidatos também precisariam passar pelo exame da prática do ensino mútuo, caso eles não conhecessem este método deveriam aprender às próprias custas. Sobre este aspecto escreve Moacyr Primitivo (1939):

Os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto praso, e a custa de seus ordenados nas escolas das capitais. – os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritimetica, pratica de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião catolica apostólica romana, proporcionados á compreensão dos meninos; *preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Imperio e a historia do Brasil.* ( p. 13)

Vale acrescentar que os saberes exigidos para o público masculino eram diferenciados para as candidatas à profissão docente, as quais “deveriam cumprir somente os exames de leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã, trabalhos de agulha e bordado” (p. 169), contudo,

também deveriam fazer a prática do ensino mútuo. A educação para as mulheres era restrita apenas as escolas primárias, exigiam menos conhecimento, todavia, teria no currículo o ensino das prendas domésticas e dos ensinamentos religiosos. Conforme os autores:

No que se refere à instrução elementar, as escolas ofereciam programas diferenciados para meninos e meninas. A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 consagrou esta distinção ao estabelecer a exclusão do ensino de geometria e impor limites ao ensino de aritmética nas aulas femininas. Para as meninas, a doutrina cristã, leitura, escrita e cálculo elementar seriam ensinamentos suficientes, acrescidos, porém, das “prendas que servem á economia doméstica” (art. 12), como as aulas de bordados, agulhas e costura. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p 204).

Mesmo com a criação da Lei de 1827 e outras leis, poucas ações se concretizavam. As condições sociais, culturais, políticas e econômicas do Brasil não permitiam que as leis se efetivassem. Dessa forma, a execução da escola apresentava grandes problemas, como a estrutura física na qual se encontrava o ensino, desde a ausência de prédios próprios e materiais didáticos adequados e uma formação escolar para professores.

A forma de organização na qual se encontrava o ensino na província de Alagoas, desde a falta de mestres formados e da fiscalização da instrução elementar “os governos provinciais se encarregavam de criar a escola e nomear o professor; mas a instalação escolar, treinamento dos professores no método, a fiscalização pedagógica e a eficiência educacional não entravam nas cogitações oficiais.” (LINS, 1999, p.92). Moacyr Primitivo traz uma passagem de um relatório de instrução pública de 1883 que resume:

As causas que podem ser remediadas derivam da imperfeita organização do ensino. É uma verdade incontestável que sem bons professores e sem inteligente fiscalização não pode haver bom ensino. Quanto aos mestres e fiscais o que existe, salvo honrosas exceções, esta muito longe de satisfazer aos menos exigentes. Os professores manifestam em geral pouco zelo no desempenho de suas funções, e a fiscalização é nula. (Relatorio do diretor geral da instrução) (MOACYR, 1939, p. 68 e 69).

No período imperial Alagoas apresentava um quadro escolar dos mais desanimados, não diferenciando das demais províncias brasileiras. As instalações escolares eram inadequadas, o número de escolas era reduzido se comparado ao da população, além de não haver mobiliário adequado e o material didático era restrito. De acordo com Costa (1931, p. 23):

As casas escolares eram “infectos casebres”, privadas de todo o conforto, [...] Não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas



comuns, de aluguel, desprovidas dos requisitos mais elementares de higiene. O mobiliário em algumas era antiqüíssimo, em outras era o próprio mobiliário modestíssimo do professor [...].

Neste sentido, devido à falta de um local adequado para atividades escolares, as aulas eram ministradas em casas alugadas sem a devida adequação para a atividade de ensino para as quais o poder público tinha que custear. Entretanto, era comum os professores lecionarem em sua própria casa, em que este pagava aluguel com a quantia que recebia. Neste sentido a “[...] situação das salas de aula, restritas a exíguos espaços tomados das casas alugadas, onde vivem o professor e toda a sua família, pois, o que ele recebe, a título de ajuda, não lhe permite alugar outro prédio que destine exclusivamente, a escola.” (VILELA, 1980, p.13).

Durante quase todo o século XIX não havia um prédio público escolar adequado na província das Alagoas. O primeiro diretor e professor da Escola Normal de Maceió, Joaquim Araújo em sua obra *Compendio de Pedagogia Pratica* aponta algumas condições indispensáveis para lecionar a um número razoável de crianças. Dentre uma delas “que disponha de casa apropriada, provida do material necessário” (1886, p. 7).

Segundo Vilela (1980) a primeira casa escolar própria foi construída em território alagoano no atual Município de Santa Luzia do Norte, em 1873, com a doação do Dr. Bento Ceciliano dos Santos Barros, juiz municipal daquela cidade. Ele “constrói e entrega ao governo um prédio para funcionar, naquela vila, uma escola primária” (1980, p.17). O mesmo procedimento foi em Maceió. A primeira casa escolar primária foi construída por meio de donativos, sendo iniciada a partir de 1879 e finalizada em 1881. Tal edificação funcionou também como escolas práticas, que destinava a preparar os normalistas de ambos os sexos para o magistério, contudo “durou pouco [...] a felicidade das Escolas Práticas. Ainda mal acostumados ao prédio novo, professores e alunos tiveram que arrumar as malas para ceder as instalações ao Senado Estadual” (1980, p. 32). Logo, o prédio deixa de funcionar para fins educativos, retornando suas atividades escolares apenas no fim do século XIX e início do século XX. Como se observa não era verba pública que custeava a escola, talvez, por isso a elite se sentisse “dona” das obras públicas.



Quanto à falta de interesse dos professores pelo magistério primário, estava atrelada a questão salarial, pois “acontece geralmente que os minguados ordenados que percebem os professores de instrução primária, sejam a causa da falta de concorrência de um pessoal habilitado para ocupar as cadeiras do ensino popular.” (Jornal das Alagoas, 6 de setembro de 1870, n. 2, p.1).

Santos e Silva (2008) faz uma ressalva a partir de uma notícia de jornal local, nos fazendo entender a falta de interesse de candidatos pela profissão docente. Os professores trabalhavam em condições desvantajosas e recebiam baixos salários. E como vimos anteriormente, também deveriam pagar o aluguel da casa escolar, e dividir este espaço com sua família:

Esses fatores permanecem presentes em nossa Província por muito tempo, como podemos observar na notícia do Jornal Gutenberg do ano de 1890, que trata da matéria onde há uma denuncia de um docente sobre a situação de rebaixamento salarial dos professores primários vinculados ao Governo do Estado, reclama ainda a elevação dos valores dos aluguéis pagos aos estabelecimentos escolares da capital. (SANTOS e SILVA, 2008, p. 22).

Desta forma, com base nos periódicos investigados era comum encontrar várias reclamações e solicitações referentes ao aumento do salário ou o pagamento dos ordenados atrasados dos professores dos liceus e das escolas primárias. No jornal *Diario das Alagoas* do dia 11 de fevereiro de 1859 foi publicado uma nota que menciona o descaso do governo com a profissão docente, para a qual não havia melhora nas condições de trabalho. Podemos resumir tais problemas. Na falta de um plano de instrução: “foi, sem duvida, um erro cujas conseqüências ainda sentimos na falta de uniformidade do plano educacional das massas populares” (COSTA, 1931, p. 7). Tal plano de instituição deveria se articular com boas condições de trabalho dos docentes, vida digna dos discentes e locais adequados para o ensino.

Logo, acreditava-se que a solução do ensino primário estaria em criar escolas normais, como mencionava Victor Cousin, ministro da Instrução Pública da França “[...] o ensino, na França, saiu das ruínas quando instalou uma escola normal central.” (VILELA, 1982, p. 20). Neste sentido, o Brasil irá se espelhar nos países europeus, mas precisamente na França.

## 1.2 – Método de ensino mútuo lugar de formação docente

Durante o Império nas províncias brasileiras havia alguns métodos que possivelmente eram adotados e aplicados às escolas de primeiras letras de ensino público e particulares. Em Alagoas, Araújo em sua obra *Compêndio de Pedagogia Prática* enfatiza e especifica que os métodos da instrução primária se dividiam em dois gerais e particulares:

Os methodos geraes servem para a conveniente organização das escólas, regular o modo porque devem ser effectuados os differentes exercicios, manter a disciplina e facilitar o ensino; e os particulares para determinar os principios e seguir-se no ensino de cada uma das materias. (1886, p 35.)

Quanto aos métodos gerais que possivelmente tenha sido aplicado nas escolas elementares foram: o individual, o simultâneo, o mutuo e o misto ou simultaneo-mutuo. Cada um estaria relacionado ao número e grau de habilitação dos alunos.

### **Método Individual**

Inicialmente prevaleciam dois métodos: o individual e o simultâneo, em que ambos “o agente de ensino é o professor” (BASTOS E FILHO, 1999, p.96). Quanto ao ensino individual foi o primeiro método adotado e aplicado pela maioria dos professores nas escolas de primeiras letras, “[...] era o mais seguido porque era o que se encontrava mais ao alcance das medianas capacidades dos professores e de seus acanhados conhecimentos”. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 83). Neste método não havia a presença de monitores, era o professor que instruía e tomava as lições individualmente a cada aluno. Enquanto os demais discentes ficavam sem contato direto com o professor por um determinado tempo, havia a probabilidade de incidir a ociosidade e a indisciplina “tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente” (FILHO, 2010, p. 140). Podemos analisar as vantagens e desvantagens deste ensino através da obra de Araújo *Compêndio de Pedagogia Prática*. Na época o método individual era considerado como o mais vantajoso em relação ao modo de instruir as crianças. O contato direto que o professor tinha com o aluno facilitava em acompanhar o progresso ou não de cada criança. Sendo então as principais vantagens:

1ª – Receberem as crianças a instrução directamente do mestre, que se deve suppor bem habilitado.

2ª – Collocar as crianças em contacto immediato com o mestre, de modo a poder elle conhecer do gráu de intelligencia de cada uma, aproveital-a, e corrigir os defeitos de que, porventura, se achem possuidas.

3ª – Poder o mestre instruil-as bem em relação á moral e religião; incutindo-lhes n’alma os preceitos de justiça e bondade. (Araujo, 1886, p. 37 e 38)

Contudo, havia a crítica deste método no que diz respeito à perda de tempo, que acarretava a ociosidade e a indisciplina dos alunos. Este ensino deveria ser “[...] aplicado a um pequeno número de aprendizes [...]” (XAVIER, 2007, p. 105). Quando as escolas primárias possuíam um elevado número de alunos passava a apresentar algumas desvantagens. Neste sentido, os professores não poderiam se estender nas lições individuais, para que todos tivessem oportunidade. Considerado também inadequado, porque não era possível que os alunos acompanhassem o desenvolvimento dos colegas durante a aprendizagem. Conforme o professor e diretor da Escola Normal de Maceió o método individual apresentava as seguintes desvantagens:

1ª – *Falta de emulação* – Limitando-se a obrigação do menino a dar ao mestre as lições que lhe forem marcadas, sem ter occasião de medir as forças de sua intelligencia com as de seus companheiros, não havendo, n’esse methodo, gradação conseguida por applicação e adiantamento, não promove o estímulo nas crianças.

2ª *Brevidade das lições* – Desde que tem o mestre por dever tomar as lições a cada um de seus discipulos, por sua vez, é claro que, sendo grande o numero de alumnos, ver-se-ha na contingencia de exigir pequenas lições e de dispender pouco tempo com cada um, para que, dentro das horas determinadas para os exercicios escòlares, se possa occupar de todos.

3ª *Perda de tempo* – Terminada a lição de uma das materias do ensino, tem o menino de voltar para sua bancada, emquanto outro vai dal-a ao mestre, esperando a occasião de ser de novo chamado. Ora, ainda tenha por obrigação conservar-se estudando, não o fará, por não receiar a inspecção do mestre; e então ou se entreterá com conversações, ou se deixará ficar em inacção.

4ª *Impossibilidade de boa disciplina* – É facil de comprehender-se a impossibilidade de manter-se boa disciplina em uma escòla regida pelo methodo individual, sendo grande o numero de meninos. Occupado o mestre em tomar lições, umas após outras, não póde distrahir sua attenção para observar o que se passar na escòla. Assim as crianças, sem receio de serem fiscalisadas, entregão-se a vadiagem e pratica de actos reprovados. É verdade que esta inconveniencia póde ser, em parte, removida, empregando-se os inspectores; mas estes convencidos de que o mestre não os observa, não prehencherão satisfatoriamente seus deveres.

5ª *Fadiga e cansaço do mestre* – Basta attender-se á obrigação que elle de, diariamente, tomar um grande numero de lições para se reconhecer que, no fim dos trabalhos do dia, deve ficar bastante fatigado, de modo que, em não longo tempo, se tornará incapaz de s.

## **Método Simultâneo**

Já o método simultâneo consistia em dividir os alunos que se achavam com o mesmo grau de habilitação em classes. O professor instruía cada classe por vez “emquanto estiver occupado com uma das classes, as outras permanecerão nas bancadas estudando” (p1886,

p.40). Logo, nas escolas que fossem regidas por este método teriam que ter a presença de inspetores para poder manter a ordem e disciplina. No entanto, só os mestres poderiam aplicar as atividades para as crianças, sendo que estas lições não eram tomadas individualmente e sim por classe, isto é, podendo ser mais de cinquenta alunos, desta forma facilitando a aprendizagem da turma. Quanto às vantagens praticamente corresponde as do método individual, apesar deste método atender a um número razoável de alunos. Sendo as vantagens:

- 1ª – *Poder-se ensina a maior numero de meninos*- Sendo as lições tomadas por classes, e não por individuos, e compondo-se as classes de muitos alumnos, é incontestavel que permite ensinar a maior numero, do que pelo methodo individual.
- 2ª – Promover emulação – Tomadas as lições por classes, manifesta-se entre os meninos a emulação. Cada um attento e acompanhando a lição procura emendar, por quinãos, os erros dos outros. Assim se desenvolve o estímulo, que muito concorre para o adiantamento das crianças.
- 3ª – Sustentar melhor a ordem e disciplina – A distribuição dos meninos por classes, a atenção que devem elles prestar ás lições e a presença dos inspectores, são, sem duvida garantias para manter-se a ordem e a disciplina. (Araujo, 1886, p. 41)

Mesmo com as vantagens que existiam do método simultâneo, este também passa a ser insuficiente quando há um elevado número de alunos em classe, pois teriam algumas desvantagens do método individual “taes como: *Brevidade das lições, cansaço e fadiga do mestre*”. Logo, devido ao elevado número de discentes surge o ensino mútuo, que iria reduzir o tempo gasto para ensinar, pois no método simultâneo “[...] o aluno levava quatro anos para aprender a ler” (LESAGE, 1999, p. 17).

## **Método Mútuo**

Nas primeiras décadas do século XIX, pelo decreto da Lei de Instrução Primária do Império de 1827 surge um novo método de ensino que admitia ensinar tudo a todos “as escolas serão de ensino mutuo nas capitais das provinciais, e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.” Segundo Vilella (1999), o método de ensino de Lancaster ou denominado de ensino mútuo<sup>3</sup> se estabeleceu na Corte, antes da instalação da primeira Escola Normal no Brasil em 1835. O método foi recomendado para ser ensinado na referida Escola e aos professores que se encontravam lecionando. Quanto aos docentes das demais províncias brasileiras deveriam deslocar-se para

---

<sup>3</sup> O método mútuo ou lancasteriano, sistematizado e organizado por Bell (1753-1832) e por J. Lancaster (1778-1838), foi aplicado principalmente nas colônias inglesas (XAVIER, 2007, p. 105 e 106).

a Corte para habilita-se, e em seguida divulgar o novo método adotado ao retornar a sua província de origem. A escola conhecida como lancasteriana passou a funcionar em cada província brasileira, a partir da autorização da reforma do Imperador Januário Cunha Barbosa (26.05.1826). Neste sentido, a Lei de 1827 “adotara o ensino mútuo como norma para as escolas de primeiras letras” (VILELLA, 1999, p.145).

O mencionado método funcionava com os alunos mais adiantados, os quais eram monitores de seus colegas sob a direção de um único mestre. Isto é, era um ensino que, “o mestre adaptaria, precariamente, alunos maiores para transmitirem aos colegas menores os seus ensinamentos”. (VILELA, 1982, p. 28). Vejamos uma passagem do que afirma Moacyr:

Os mestres procurarão aproximar-se o mais possível do método lancasteriano, repartindo o ensino por decúrias, afim de que os mais adiantados discípulos se exercitem no ensino dos menos adiantados, na metade do tempo da aula, e depois recebam as instruções do mestre no resto do tempo. – Criar-se-ão em cada capital da província uma *Escola lancasteriana onde se ensinam e se habilitem os mestres, que devem depois propagar este método por todo Imperio*. Regulamentos particulares a este grau marcarão as horas de ensino, direção e economia das aulas. (ANO, 1939, p. 12)

Podemos considerar que este método supriria a ausência das escolas normais, isto é, a formação de professores para as escolas primárias, pela necessidade de atender a demanda de alunos da época, devido à falta de mestres. Logo, este método tornava-se “[...] oportuno numa época em que predominava a falta de professores” (CARDOSO, 1999, p. 120). Logo, o método lancasteriano ou conhecido por mútuo, é analisado como uma escola formadora de professores, pois, os monitores que também assumiam a função de inspetores, adquiriam a prática do magistério. Neste sentido, podemos complementar com Araujo: “nas escolas regidas pelo methodo mutuo os monitores de classes e decurias prehenchem as funções de inspectores [...]” (1886, p. 20).

Para taes cargos, que aliás devião ser remunerados, convinha que fosse nomeados individuos habilitados, por exame, em todas as materias conserntes ao ensino, os quaes servirão nas escolas sob a direcção dos mestres, compartilhando dos trabalhos do ensino e fiscalização, substituindo-os em seus impedimentos, não longos. Assim serão as crianças convenientemente instruidas; por grande que fosse o numero d’ellas; adquerindo os adjuntos a pratica do ensino indispensável ao magisterio. (Araujo, 1886, p. 21)

No método mútuo ocorria o inverso dos métodos individual e simultâneo, em que o agente de ensino não é apenas o professor, havendo uma divisão das funções de ensinar entre o professor e o monitor. Para evitar a perda de tempo em uma classe com dezenas e centenas

de alunos, eram necessárias algumas ordens sucintas dadas através de sinais, para que fossem de compreensão imediata.

De acordo com Araújo (1886), se resumia em dois os sinais: o da campã e do apito:

O methodo mutuo estabelece trinta signaes para as diversas evoluções de uma escola; mas como torna-se difficil ás crianças a comprehensão de tão variados signaes, convem reduzil-os a dois: *O signal de campã e o de apito*. O primeiro servirá para impor silencio, ou fazer cessar qualquer exercicio; e o segundo para iniciar o começo de qualquer trabalho, ou cumprimento de alguma ordem. (ARAÚJO, 1886, p 17 e 18.)

Conforme Lesage esses sinais eram uma forma de comunicação mecânica existente no espaço escolar, mantendo assim a disciplina. Através deles os professores e monitores gerais davam ordens para os demais monitores e alunos. Logo, quando era “obtido o silencio pelo toque de campã, o mestre anunciará, em breves palavras, o exercicio a fazer-se, ou ordem a cumprir-se; e dando, em seguida, o signal de apito os meninos executarão o exercicio anunciado.” (1886, p. 18).

Portanto esses sinais tinham por objetivo a execução dos exercícius. A campã era o instrumento para chamar a atenção, e resultava na “[...] informação ou um movimento a executar.” (LASAGE, p. 21). Para a realização das atividades no horário escolar o apito era o comando mais usado para sinalização, desta forma “[...] permite intervenções na ordem geral da escola, impor o silêncio, por exemplo, e comanda o início ou o fim de certos exercícius durante a lição [...]” (p.21).

Lins (1999) faz referência às vantagens que apresenta o ensino mútuo, quando relacionado à despesa escolar, pois em um único espaço era possível instruir e educar até mil crianças, além da brevidade do tempo gasto. Quanto às vantagens deste método segundo Araújo (1886) podemos destacar:

1ª *Facilidade na classificação* – Divididas todas as materias do ensino em quatro secções e cada uma em oito classes, torna-se facil a classificação dos meninos, sem prejuízo para elles. Assim, póde, aquelles que occupar na primeira secção a terceira classe, achar-se na primeira, ou segunda da segunda secção, sem prejuizo a seu adiantamento. Uns se desenvolvem com mais rapidez na leitura, do que na escripta e, segundo este methodo, não é isso obstaculo para a classificação.

2ª *Poder ensinar-se a grande numero de meninos* – Dispondo o mestre de pessoal habilitado para os cargos de monitores, o crescido numero de meninos, de que se compuzer a escola, não será rasão para entorpecer, ou difficultar o ensino. Á proporção que as classes forem augmentando em numero, serão subdivididas em decurias; e cada uma entregue aos cuidados de novos monitores.

3ª *Continuidade dos exercicios* - É esta uma vantagem peculiar do methodo mutuo. Estabelecidos os exercicios em acto continuado evita-se a inacção, trazendo as crianças sempre entre tidas com o estudo de materias diversas e com diversas evoluções.

4ª *Manter bõa disciplina* – Dispensado o mestre de tomar lições das classes noveis, tem tempo bastante para fiscalisar a escola, pondo-se á par de todas as occurrencias,

e observar o modo porque preenchem os monitores as funções d'estes cargos. Esperando elles, a todo momento, a presença do mestre, empregarão o tempo na instrucção dos meninos, confiados a seus cuidados. Acresce, ainda, que o methodo mutuo offerece ensejo para se premiarem os meninos por meio da elevação a classes superiores e a cargos de monitores; bem como para serem punidos por meio do rebaixamento de classes, ou destituição dos cargos que occuparem. Com todas estas vantagens é, entretanto, o methodo mutuo difficil de ser applicado de modo a produzir bom resultado no ensino; porque apresenta, em certos casos, inconveniencias que, embora accidentaes, são de grande importancia. (ARAUJO, 1886, p. 43 a 45)

O ensino mútuo não era eficaz devido às desvantagens que estava relacionado aos aspectos mecânicos:

1ª *Insufficiencia da maior parte dos mestres* – Não basta que o mestre seja bem preparado nas materias inherentes ao ensino, é preciso que, além d'esta indispensavel qualidade, tenha vocação para o magisterio, actividade, zêlo, e bôa instrucção. Só assim poderá promover o adiantamento das crianças e assegurar-lhes boa educação e instrucção. Da activa fiscalisação, que deve exercer sobre os monitores, depende o bom resultado do ensino. Em todos os mezes deverá mandar proceder a exame nas differentes classes, para dar accesso aos meninos, que se acharem n'estas condições. Si não proceder assim, tornar-se-ha o methodo mutuo prejudicial. Entregues as crianças aos monitores, sem inspecção constante do mestre, sem procurar este verificar do adiantamento d'ellas, ficarão paralysadas no estudo, e muitas vezes corrompidas pelos proprios monitores.

2ª *Incapacidade dos monitores* – Não é facil encontrar-se em uma escola um numero de meninos convenientemente habilitados para taes cargos. Não tendo elles as habilitações indispensaveis e uma conducta exemplar, jamais poderão instruir os alumnos de suas classes convenientemente.

3ª *Embarços na educação moral e religiosa* – Ainda bem preparados os monitores nas materias do ensino, como crianças que são, não dispõem de experiencia, reflexão e prudencia bastantes para gravar n'alma dos meninos os preceitos da moral e da religião: Em geral, quando bons, limitão-se a tomar as lições, sem corrigir os defeitos e vicios das crianças, sem lhes plantar no coração os preceitos do bem e do justo. Em conclusão diremos: Que o methodo mutuo só pode produzir bom resultado no ensino, quando o mestre for intelligente e illustrado a poder preparar bons monitores; e quando a essas qualidades reunir zêlo, moralidade e vocação para o magistério. (ARAUJO, 1886, p. 45 a 47)

Entretanto, mesmo com as tentativas de implantação do método Lancaster ou mútuo, este foi visto como ineficiente pelos presidentes de província. Diante da precariedade que permanecia na prática deste ensino, este apresentava resultados insatisfatórios por não haver recursos financeiros, falta de espaço físico adequado e pessoas capacitadas para ministrar. No entanto, acreditava-se que havia uma decisão política em adotar o método mútuo nas províncias brasileiras, pois a partir deste ensino teria a possibilidade de instruir a população rapidamente a um baixo custo “[...] preconizava um ensino massificado, caracterizado pela economia de tempo e de dinheiro público” (XAVIER, 2007, p. 105).

A discussão historiográfica de autores que tratam sobre a temática “escola normal” aponta que o problema do ensino estava mesmo relacionado ao corpo docente, estando à



solução relacionada à necessidade de formar bons mestres. Daí a precisão da instalação das escolas normais nas províncias brasileiras. “A formação dos professores para atuar nas escolas de ensino mútuo, ela ia se processando na escola normal. Dessa forma, criticavam-se as más condições, e nunca o método propriamente em si” (VILELLA, 1999, p. 156).

### **Método Misto ou simultâneo-mútuo**

Este método aborda a metodologia dos métodos: mútuo e simultâneo. Sua adoção se deu devido os resultados insatisfatórios do método mútuo. Os alunos eram “[...] distribuídos em um certo número de classe e instruídos pelo próprio mestre, que tomará lição a todas as classes, sucessivamente, fazendo que aquelas com as quais já se ocupou, ou ainda tem de se ocupar, permanecerão nas bancadas, estudando, sob vigilância de repetidores.” (ARAÚJO, 1886, p. 47).

## CAPITULO II

### AS ESCOLAS NORMAIS DO BRASIL

#### 2.1 – A origem da primeira Escola Normal do Brasil

Para tentar compreender a trajetória da Escola Normal de Maceió, iremos neste capítulo analisar as experiências de criação e efetivação das escolas normais no Brasil, particularizando a instituição de Niterói e aquelas criadas no Nordeste, modelada pela França.

As primeiras preocupações com a formação docente surgiu na Europa, precisamente na França. Dessa forma, a primeira escola destinada a preparar o professorado que se tem conhecimento é de responsabilidade de Charles Dêmia (1636-1689), um abade francês. (LOPES, FREITAS e ARAUJO, p.14, 2008). Em 1666 Dêmia foi o fundador da “congregação dos Irmãos de São Carlos para educar meninos pobres. E ao lado desta, valorizando o professorado, instituiu uma escola de professores para ensinar a ensinar: era a comunidade de mestre-escola que devia dar origem à idéia das escolas normais.” (VILELA, p.19, 1982).

Ainda de acordo com Vilela, com o passar de poucos anos, João Batista de La Salle veio em 1685 concretizar a idéia sobre a instituição específica destinada à formação docente. Desta forma, “funda em Reims um seminário de mestre-escola que seria, talvez, a primeira escola normal.” (1982, p.19).

Logo, surge na França às primeiras tentativas de fundar uma escola específica para que os docentes adquirissem uma formação oficial por meio de normas e métodos.

Em 1794, J. Lakanal (1762-1846) propunha o estabelecimento de escolas normais na França, argumentando pela necessidade de formação de professores, com o intuito de propiciar condições para o ensino, o que implicava em seu posicionamento a perspectiva metodológica do ensino. (LOPES, FREITAS, ARAUJO, p.14, 2008).

As influências francesas deram origem à primeira Escola Normal do Brasil “é indiscutível que muitas de nossas instituições tenham buscado inspiração nos modelos europeus [...]” (VILLELA, 2008, p.31). Neste sentido, constatamos que a idéia de criação das instituições de formação docente é um projeto antigo do povo europeu entre o século XVII e XVIII, mas que só se realizará no Brasil na primeira metade do século XIX. O momento de

fundação dessas instituições é também revelador de regulamentação do trabalho docente; a movimentação das escolas normais já se estendia por toda Europa e em algumas partes do mundo.

A iniciativa de criação das escolas normais no Brasil era de preparar os docentes e/ou aqueles que se propusessem a lecionar nas escolas de primeiras letras, sendo considerada uma grande conquista do professorado provincial. Como afirma Villela (2008, p. 29) “para a conquista do reconhecimento do ofício, foi fundamental o surgimento das escolas normais, responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional”. Antes, não havia preparação para que os professores primários pudessem exercer a função do magistério. As únicas exigências era que soubessem ler, escrever, e versados na doutrina cristã.

O objetivo do ensino das escolas normais era apenas preparar os professores para ensinar nas escolas primárias. Os normalistas que almejassem o professorado deveriam estudar as disciplinas da instrução primária “as matérias que entre nós constituem o ensino primario são: *Leitura e analyse, escripta, contabilidade, instrucção moral e religiosa, noções de geographia e da historia do Brazil, desenho linear e systhema metrico-decimal*” (Araujo, 1886, P. 9). Bastava que aprendessem apenas os conteúdos a ensinar. A formação específica estaria na metodologia ensinada nessas instituições formadoras de professores. Neste sentido, Chamon aponta:

Com exceção da disciplina pedagogia e legislação de ensino, que poderia ser considerada matéria pedagógica, as outras disciplinas eram as que o professor deveria ensinar na escola primária. Tratava-se, pois, de um curso que dava continuação ao ensino elementar, representando nada mais do que a sua extensão. (2005, p.77)

Podemos também citar outra diferença relacionado ao currículo das escolas normais se for comparada ao ensino secundário. Enquanto os normalistas se limitavam em um curso de extensão da instrução elementar, os que cursavam o ensino secundário estariam se preparando para o ensino superior. Diante desta constatação muito provavelmente a falta de interesse dos candidatos pela Escola Normal estaria relacionado a obter prestígio social. Vale destacar que, só quem tinha acesso ao ensino secundário era o público masculino “somente em 1879, o governo brasileiro assegurou o direito de ingresso nas instituições superiores às mulheres do

---

<sup>4</sup> Segundo Araujo (1886) as disciplinas que constituíam o ensino primário eram divididas em essenciais e acessórias. As essenciais eram: leitura, escrita e contabilidade (lecionadas diariamente). E as acessórias seriam as demais (ensinadas em dias alternados durante a semana).

país. No entanto, apenas um pequeno número delas pôde usufruir desse direito” (CHAMON, 2005, p. 76). Complementando ainda com a afirmação da mesma autora sobre a escola secundária:

[...] era vista apenas como uma via que propiciava a entrada para o ensino superior, possibilitando o acesso ao título de doutor. Esse título garantiria a conquista de poder político e de prestígio social para a camada intermediária da população em ascensão na sociedade brasileira. (CHAMON, 2005, p. 76)

Nos primeiros 50 anos do século XIX podemos notar nas províncias brasileiras algumas mudanças no ensino, principalmente relacionado com a profissão docente. De modo geral as escolas normais foram criadas para atender ao público masculino, entretanto, a partir da segunda metade do século XIX haverá uma alteração no quadro deste ofício, em que as mulheres passaram a exercer e predominar a carreira do magistério elementar. Portanto, devido à baixa procura dos homens, as escolas normais vão sendo ocupadas por mulheres. Esse processo de transformação ocorre quando os homens passam a abandonar o magistério. Estes ingressaram em outros campos de trabalho a procura de cargos de alto prestígio, como os cursos de Direito e Medicina, isto é, em busca de outras profissões que fosse bem remunerada se comparadas com a docência.

Quanto à moral e à religião eram requisitos fundamentais para ingressar na condição de professor nas escolas normais, por exigir deste: “moralidade, zelo, dedicação e bôa instrucção, qualidades estas que, raramente, se encontram reunidas.” (ARAUJO, 1886, p 25.) O professor não podia dar mal exemplo as crianças que estavam sob sua responsabilidade: “O bom mestre deve reconhecer que elle é o espelho cuja luz reflecte-se sobre seus discipulos”. (ARAUJO, 1886, p. 26). Funções estas confiadas ao professor primário. Na obra de Daligault<sup>5</sup> são citadas sete qualidades que são necessárias ao professor primário: “Bondade, Firmeza, Paciencia, Regularidade, Zelo, Pureza de costumes e Piedade christã” (p.22). Em sua obra explica cada uma das principais qualidades.

Portanto, o que vai caracterizar a preparação para mestre-escola nas províncias brasileiras no século XIX será a experiência e prática aprendidas, em que ficariam conhecidos como mestre-escola. Neste sentido, “as escolas normais do século XIX substituem definitivamente *o velho* mestre-escola pelo *novo* professor do ensino primário.” (VILLELA, 2010, p. 101).

---

<sup>5</sup> Daligault, autor da obra – Curso Prático de Pedagogia.

A primeira Escola Normal do Brasil passou a funcionar em 1835, no Município da Corte no Rio de Janeiro na cidade de Niterói. As demais foram sendo criadas ao longo do século XIX nas várias províncias. Segundo Villela (2008, p. 32) para ingressar na Escola Normal de Niterói era preciso provar ser brasileiro, maior de dezoito anos, apresentar boa morigeração, saber ler e escrever. Quanto ao currículo da Escola, as disciplinas não se diferenciavam do ensino primário, apenas com relação à metodologia. Neste sentido, os normalistas aprendiam o essencial para lecionar nas escolas de primeiras letras. “Em geral, ao fim de dois ou três anos, quando o diretor achava que o normalista estava pronto, fazia a indicação para que fosse examinado perante uma banca.” (p.33) Para assumir o cargo de diretor foi chamado o tenente coronel José da Costa Azevedo, pois tinha experiência com o método Lancaster, adotado no ensino normal de Niterói. A referida Escola não recebia mulheres e negros. A instituição chegou a ser extinta, mantendo-se sem atividades por mais de uma década e a reabertura ocorreu em 1859.

## 2.2 – Breve trajetória das Escolas Normais do Nordeste

As escolas normais do Nordeste brasileiro passaram a funcionar efetivamente na segunda metade do século XIX, entre as décadas de 1860 e 1880. Com exceção da Escola Normal da Bahia, criada em 1836, com funcionamento efetivo em 1842. De acordo com Bastos e Stephanou “a primeira metade do século XIX não foi favorável à consolidação da formação dos professores nas poucas escolas normais que se criaram [...]” (2006, p. 106).

Quadro 1- Comparação entre o ano de criação e funcionamento das escolas normais que serão abordadas no decorrer deste capítulo.

CIDADES/UF	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO
Niterói – RJ	1835	1835
Salvador – BA	1836	1842
<b>Maceió – AL</b>	<b>1864</b>	<b>1869</b>
Teresina – PI	1864	1865
Aracaju – SE	1870	1871
Natal – RN	1873	1874
Fortaleza – CE	1880	1884
João Pessoa – PB	1883	1885
São Luís – MA	1874	1874

Fonte: Quadro elaborado a partir da tese de doutorado de Rose Mary de Souza Araújo.

A Escola Normal da Bahia de acordo com Rocha (2008) foi criada em 1836, entretanto passou a funcionar em 1842, em uns dos Salões do Teatro São João em Salvador, por não possuir prédio próprio. A falta de um lugar específico continuou por todo Império. Os diretores da referida Escola teve sua formação na Escola Normal de Paris:

“[...] os dois professores selecionados para dirigi-la (um seria o diretor, o outro seu auxiliar, que dividiriam entre si as disciplinas do currículo) foram enviados à Escola Normal de Paris para se instruírem no método mútuo, de onde só retornaram quatro anos depois, sendo um dos motivos de retardamento do início do funcionamento daquela escola. (VILELLA, 1999, p. 161)”.

Não custa lembrar que desde o funcionamento daquela instituição e a formação para o magistério era para ambos os sexos. Quanto à forma de admissão dos alunos “deveriam ter idade acima de 16 anos, ter sido aprovados em alguma aula de instrução primária e dar provas de bom comportamento [...]” (p.49). O currículo estava voltado para o ensino das matérias da escola elementar e a duração do curso ministrado era de dois anos em duas cadeiras. A Escola funcionou como externato e internato, sem haver desativação.

A Escola Normal do Piauí, segundo Lopes (2008) passou por três tentativas de inauguração, concretizada apenas no início do século XX. A primeira tentativa ocorreu em 1864, e deveria funcionar como externato, mista e paga. Logo, a proposta inicial era criar “duas escolas normais: uma para cada sexo [...]” (p.107). Quanto o currículo da referida instituição tinha uma duração de dois anos, e diferenciava para as alunas, pois estas deveriam aprender trabalho de agulha. Lopes destaca sobre a matrícula inicial de 23 normalistas em 1865, e nos anos seguintes menos de cinco alunos frequentando a escola normal. “Assim, essa Escola Normal funcionou quase sem alunado interessado em realizar a sua completa escolarização, apesar de não haver um relativo sucesso da matrícula inicial”. Com um novo regulamento a escola passa a funcionar anexa ao liceu, com outras tentativas de implantação, consolidando-se por definitivo em 1909.

Nos estudos de Freitas e Nascimento (2008) estão contemplados os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal da Província de Sergipe. Os candidatos à carreira do magistério deveriam fazer o curso por um período de dois anos. O ano de fundação da instituição formadora de docentes foi em 1870, como as demais não possuía prédio próprio, era anexa ao Atheneu Sergipense, e passou a ser chamada de Escola Normal do Atheneu “[...] o Atheneu era uma instituição que recebia apenas alunos do sexo masculino, inclusive no

curso normal. A Escola Normal do Atheneu era, portanto, exclusivamente masculina” (p.164). Entretanto, “em 1874 foi criada uma escola normal masculina independente do Atheneu” (p.168), a qual não foi um atrativo para os homens. E em 1877 foi criada uma Escola Normal feminina. Em 1871 foi adotado o compendio de “Curso Pratico de Pedagogia” do francês Daligault. É importante ressaltar ainda que de acordo com os mesmos autores, os professores que quisessem ingressar e lecionar na escola normal deveriam prestar concurso e seguir alguns requisitos:

Na Escola Normal, o acesso ao quadro docente se dava através de concurso público. Para se inscrever no concurso de catedrático da Escola Normal era necessário preencher pelo menos uma das condições: ser normalista, professor primário vitalício, professor secundário ou ter exercício o magistério secundário durante algum tempo. (2008, p. 165)

A trajetória de consolidação da Escola Normal de Natal-RN perpassou por duas etapas. A primeira correspondente a 1839 a 1888, no decorrer deste período a província do Rio Grande do Norte, reconhece que a solução para o ensino primário, estaria na instalação de uma Escola Normal, que tivesse o modelo da Escola Normal de Niterói. Na época o presidente foi autorizado a enviar professores ou pessoas habilitadas, que tivessem boa conduta “[...] com o intuito de aprenderem doutrinas educacionais e métodos de ensino [...]” (ARAÚJO, AQUINO e LIMA, 2008, p. 193). Todavia, mesmo com a ajuda de custo não houve interesse de candidatos. Diante de iniciativas e tentativas, somente em 1873 foi instalada. A segunda etapa teve como marcos a partir da república de 1889 a 1930.

Conforme os estudos de Silva (2008), em 1837 havia a discussão de criar uma Escola Normal na província do Ceará pela Lei n. 91 de 5 de outubro, todavia, por falta de recursos financeiros não houve a efetivação. Em 1878 viria ser novamente criada e sancionada em 1879. O curso tinha uma duração de três anos, contudo só passou a funcionar em 1884, desde então não teve suas atividades interrompidas. Porém, passou por várias reformas na estrutura curricular, alteração da duração do curso para apenas um ano. Silva destaca a organização curricular:

“[...] traduz o pensamento pedagógico centrado no conhecimento universal e intelectualista, enfatizando o conteúdo das disciplinas, restringindo a formação propriamente docente à cadeira de Pedagogia. De seus mestres, como apresentam as evidências [...] não se exigia formação específica de docência.” (2008, p.207).

De acordo com Kuleska (2008), a Escola Normal da Paraíba foi criada em 1883 (promulgada) e 1884 (regulamentada). No entanto houve algumas iniciativas em 1864 que previa a sua criação, contudo sua instalação incidiu em 1885. A citada Escola não possuía

prédio próprio e de início apenas freqüentada por alunas. Com a extinção do Liceu Paraibano foi implantada a Escola Normal de dois graus “sendo o primeiro destinado à formação de professores e professoras, não passando a Escola Normal de 2º grau de uma mera denominação nova para o antigo ensino secundário ministrado no Liceu”. (p. 263). Na época havia uma confusão entre Escola Normal e Liceu, pois como geralmente nas províncias brasileiras ambos funcionavam no mesmo prédio, os alunos se dirigiam ao estabelecimento, mas o interesse era em matricula-se no ensino secundário. “tratava-se tão somente da criação no Liceu Paraibano de uma cadeira de pedagogia (ou “aula”, como ainda era chamado um determinado curso de estudos), destinada àqueles que desejassem se preparar para o magistério.” (p.265).

A Escola Normal do Maranhão de acordo com Motta e Nunes (2008) passou por igual situação da Escola Normal do Piauí, no que diz respeito às tentativas de consolidação da instituição que só ocorrerá na República em 1890. A primeira tentativa de implantação da Escola se deu em 1838 na gestão do presidente da província (1839-1840) que determinou:

[...] a freqüência obrigatória de professoras e professores primários na aula de Pedagogia sob responsabilidade de Felipe Benício d’ Oliveira Condurú Almeida, considerado o primeiro professor maranhense a obter bolsa de estudos na Europa, onde se especializou em Pedagogia. (MOTTA e NUNES, 2008, p. 301).

A aula de Pedagogia era denominada de Escola Normal ministrada nas dependências do Liceu Provincial do Maranhão (prédio alugado), contudo, extinta em 1844. A segunda tentativa ocorreu por volta de 1874, cuja duração do curso era em 2 anos. Todavia, foi extinto novamente sem formar docentes. As cadeiras exclusivas da Escola Normal eram as de: Pedagogia, Desenho e Música, as demais eram as mesmas do Liceu Maranhense. As autoras acrescentam que os docentes do Liceu que fossem lecionar as matérias para os normalistas teriam acréscimo salarial. Diferente do salário do professor da cadeira específica da Escola Normal que recebia a menos. Neste sentido, ocorria a valorização do profissional do ensino secundário e a desvalorização do profissional exclusivo que formaria os docentes para ensinar nas escolas de primeiras letras, que conseqüentemente a questão salarial destes também era declinada. Com a efetivação em 1890 a duração do curso passou a ser três anos, era exigido uma idade mínima para ingresso na referida instituição de 17 anos para os homens e 15 para as mulheres, além do que era preciso já ter cursado o ensino primário. Quanto às aulas práticas deveriam ser ministrada pelo professor da cadeira de Pedagogia, que foi criada em 1896.



As autoras destacam a situação do ensino no território maranhense em 1888, como por exemplo, a existência de 149 cadeiras públicas do ensino primário que era “[...] ocupadas por pessoas mal preparadas para o exercício do magistério.” (p.300). Acrescenta ainda que o despreparado dos professores era mencionado nos relatórios de inspeção, porém, não havia uma resolução para tal problema. Após a consolidação da Escola em 1890 as dificuldades persistiam como a falta de um compêndio de Pedagogia. Nos estudos de Motta e Nunes podemos constatar que no período correspondente de 1823 a 1889 o descaso da instrução pública e conseqüentemente do tardio aparecimento da Escola Normal, estaria possivelmente na instabilidade política, ou seja, dos 92 presidentes que exerceram durante o período mencionado.

A pesquisa comparativa entre as escolas normais do Nordeste brasileiro mostra como suas trajetórias eram semelhantes. Observa-se que tais escolas normais foram inicialmente masculinas e depois passaram a ser feminina; não possuíam prédios próprios, estavam anexas aos liceus provinciais, ateneus ou em outros espaços, desta forma pela falta de recursos financeiros, de instabilidade política, ocasionava-se despesas e fracassos nestas instituições com fechamento e reabertura “pois, em geral, caracterizaram-se pela mesma situação de instabilidade evidenciada pelas reformas sucessivas, extinções, transformações, mudanças de prédio etc.” (BASTOS E STEPHANOU, 2006, p.106). Contudo, o vínculo estava para além das instalações destes prédios, como também o quadro de docentes. Aos normalistas formados era garantido aumento salarial, passaria a ganhar o título de aluno-mestre, substituindo os que não possuíam habilitação. Logo, os que não tinham formação específica pela Escola Normal deveriam complementar a docência na referida instituição.

## CAPITULO III

### A ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ

#### 3.1 Ideia, criação e instalação

A idéia de implantar uma Escola Normal em terras alagoanas surgiu no final da década de 30 dos anos oitocentos. Com o surgimento da primeira Escola Normal do Brasil (1835), prevalece nas falas do presidente de província das Alagoas o discurso de que a solução para o descaso do ensino elementar estaria em criar uma Escola Normal. Segundo Vilela (1982) o presidente da província Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1837 “insiste na idéia de mandar-se um professor à Corte praticar o método Lancaster e, mais tarde, criar-se uma escola normal” (1982, p.42). Neste sentido, havia o reconhecimento das vantagens das escolas normais diante da precariedade do método Lancaster ou mútuo. Levando-se em consideração que este método deveria atender a uma demanda de pessoas, logo, sua aplicação não teve eficácia no Brasil. Precisamente nas províncias das Alagoas, por não ter espaços adequados, pois como já mencionado as escolas geralmente funcionavam na casa do próprio professor. Com o surgimento da Escola Normal, haveria uma preparação específica para aqueles que se propuseram a ensinar nas escolas de primeiras letras.

A intenção de criar tal instituição não surtiu efeitos práticos na primeira metade do século XIX. Entretanto, vale destacar, que, o inspetor geral dos estudos Tomas do Bomfim Espíndola, em seu relatório (1866) insiste em “[...] montar sem perda de tempo a escola normal creada pela resolução n.424 de 18 de junho de 1864.” Segundo Vilela (1982) a não instalação da referida escola residia na dificuldade de contratar uma pessoa habilitada para dirigi-la.

Depois da lei de criação, exatamente cinco anos depois, 1869, a tão almejada Escola Normal é efetivada. Na fala do presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em seu relatório publicado no jornal *Diario das Alagoas* no dia 2 de abril de 1870, divulga:

Creei a Eschola Normal em execução do art. 19 da Lei n. 424 de 18 de Junho de 1864, e para professor nomeei o intelligente Dr. Joaquim José de Araujo, que foi a Pernambuco observar o ensino pratico alli adoptado, e fazer aquisição dos objetos necessarios para a sobredita eschola, que foi installada em 9 de junho ultimo.

Logo, a Escola passa a funcionar quando oficialmente o médico, Joaquim José de Araújo assume as funções de diretor e professor da instituição. No jornal *Diário das Alagoas* do dia 2 de julho de 1869 havia um comunicado do Inspetor Geral dos Estudos, José Alexandrino de Moura, sobre o início das atividades de Joaquim José de Araújo como professor da Escola Normal, o qual também ficaria encarregado de regulamentar a instalação daquela instituição. Ainda no que diz respeito sobre o início do funcionamento da Escola Normal, o mesmo jornal traz uma notícia que descreve a aprovação do regulamento, apontando a forma de ingresso dos alunos, currículo, avaliação e aulas práticas.

De acordo com o regulamento, a instituição passou a funcionar em uma das salas do Liceu Provincial, que transcorreu durante todo o século XIX, embora o art. 19 da resolução 424 garantisse um prédio apropriado. É importante salientar que em Maceió não havia prédio público escolar à época. A própria casa onde funcionava o Liceu era alugada, ocasionando dispêndios aos cofres da província. Ao final do ano de 1852 o governo havia gasto a quantia de 384 mil réis (VERÇOSA, 2001, p.34).

A Escola era destinada àqueles que apresentassem interesse em habilitar-se a ser professor da instrução primária. Para se tornar normalista eram exigidos alguns critérios no ato da matrícula, que deveria provar na presença do Inspetor Geral dos Estudos:

- §1 ter, pelo menos, 16 annos de idade.
- §2 provar em exame estar instruído em leitura, noções geraes de grammatica nacional, escripta, e nas quatro operações de arithmetica sobre números inteiros.
- §3 apresentar attestado de bôa conducta civil e moral. (DIARIO DAS ALAGOAS, 7 de julho de 1869, p. 3).

Quanto ao currículo da Escola Normal de Maceió tinha uma duração de dois anos, composto de matérias distribuídas em duas cadeiras para cada ano. O quadro 2 - mostra como estava dividido as cadeiras com suas respectivas disciplinas.

Ano	Cadeira	Disciplinas
1º ano	1ª cadeira	Gramática Nacional e Análise dos Clássicos
	2ª cadeira	Desenho Linear, Caligrafia, Métodos de Ensino e Catecismo
2º ano	1ª cadeira	Aritmética, Geometria e Sistema Métrico Decimal
	2ª cadeira	Noções Gerais de Geografia e História do Brasil, com especialidade de Alagoas

Fonte: Quadro elaborado a partir do regulamento da Escola Normal.

Ao concluírem as disciplinas estudadas, os normalistas deveriam passar por uma banca de exame, conforme o art. 8º do regulamento “no fim de cada anno lectivo os alumnos do curso normal prestarão exame publico da matéria que aprenderam durante o anno.” E a partir do segundo ano os discentes eram submetidos a frequentar as escolas práticas, como uma maneira de aplicar a teoria à prática “[...] os futuros mestres podiam ver como as crianças eram manejadas e instruídas” (CARVALHO, 2010, p. 225). Dessa forma, o regulamento menciona sobre a necessidade das escolas práticas:

Art. 5º uma das escolas publicas da capital, designada pela presidência da província, terá a denominação de escola pratica, e nella os alumnos do curso normal serão obrigados a fazer os exercícos práticos, desde que se matricularem no 2º anno, sob a direcção do respectivo professor, comparecendo a Ella logo depois das aulas do curso.

Art 6º o professor da escola normal dará ao professor da escola pratica todas instrucções precisas, e inspeccionará os trabalhos da dita escola sempre que julgar conveniente.

Art. 7º o numero de meninos admittidos na escola pratica não excederá a 60. (DIARIO DAS ALAGOAS, 7 de julho de 1869, p. 3).

As escolas públicas da Província das Alagoas que foram denominadas para esses exercícos práticos foram a do professor Francisco de Borja Pita e da professora Rita Leopoldina de Mesquita Soares. “[...] ficam designadas as escolas do professor Francisco de Borja Pita e D. Rita Leopoldina de Mesquita Soares para servirem de aulas práticas do curso normal”<sup>6</sup>. Embora tais escolas se apresentassem de propriedade dos referidos professores, por carregarem seus respectivos nomes, eram de natureza pública.

Portanto, no inicio do funcionamento da Escola Normal de Maceió, as escolas práticas para ambos os sexos eram ministradas nas escolas dos mencionados professores. Já em 1881, antes mesmo da inauguração da construção da primeira casa escolar de Maceió, foram nomeados os professores que ocupariam as cadeiras das duas escolas práticas de ambos os sexos: “para a seção masculina, é indicado o professor Inácio Joaquim da Cunha Costa, removido da cadeira de Jaraguá; para a feminina, transferida da segunda cadeira da cidade de São Miguel dos Campos, a professora d. Cantidiana Cândida Clarismunda de Bulhões.” (Vilela, 1980, p. 30).

Ainda no que diz respeito às escolas práticas, Araújo (1886), como professor e diretor da Escola Normal, cita em seu compêndio, que os normalistas após a parte teórica deveriam

---

<sup>6</sup> ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 13 de Agosto de 1869. *Diário das Alagoas*, Maceió, 26 de Agosto de 1869, ano XII, nº 195, p. 1.

adquirir o conhecimento dos métodos e dos exercícios, ou seja, conhecer como se dava o funcionamento de uma escola primária:

É nas escolas praticas, onde melhor se póde apreciar a importancia dos methodos geraes e particulares. Aos que se dedicão ao magisterio primario é indispensavel a frequencia de taes escolas, depois do conhecimento theorico da pedagogia e por um certo espaço de tempo. Alli irão, tomando parte nos trabalhos escolares, adquerir a pratica necessaria e observar o modo de estabelecer os diversos exercicios, desde os da abertura até os de encerramento das escolas; recebendo do respectivo professor a instrucção precisa, para que possam exercer convenientemente o magisterio. (p. 36)

Por fim, quando os normalistas obtivessem aprovação depois de terem cursado durante dois anos a Escola Normal, passariam a receber o título de aluno-mestre, de acordo com o art. 9º:

“os alumnos aprovados nos dous annos do curso receberão seus títulos de alumnos mestres, assignados pelo presidente da província, inspector dos estudos e seus respectivos professores; devendo previamente apresentar attestado de frequência, aproveitamento da dita escola, e folha corrida.” (DIARIO DAS ALAGOAS, 7 de julho de 1869, p. 3).

### **3.2 – A Formação dos primeiros docentes da Escola Normal**

Nas primeiras décadas dos oitocentos, antes do funcionamento da Escola Normal havia na província das Alagoas, vários mestres que eram julgados capacitados, lecionando nas escolas primárias. No que diz respeito à formação das mulheres para o magistério, Filho (2005, p. 247) afirma que estas passaram a ganhar credibilidade para a docência a partir de seu ingresso não só do ambiente doméstico, como também do religioso “[...] não há nenhuma incompatibilidade entre o entendimento do magistério como uma missão e sacerdócio e como profissão.” Passaram também a atuar nas escolas devido à presença de meninas no ensino primário. Neste sentido, podemos afirmar que a escolarização e a formação docente estavam além do espaço escolar.

No entanto, com a efetivação da Escola, era preciso adquirir habilitação para ensinar nas escolas de primeiras letras. O interesse pela procura da referida instituição, possivelmente estaria no aumento dos seus ordenados, de acordo com a Resolução 538<sup>7</sup> como afirma Vilela:

Facilitava aos professores provisionados antes da instalação do curso normal, a faculdade de submetidos a exame e sendo aprovados nas disciplinas do ensino

---

<sup>7</sup> A resolução n. 538 de 5 de maio de 1870 foi decretada e sancionada pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior. .

normal, lhes ser conferido o diploma da mesma, com o que gozariam do ordenado de oitocentos mil réis anuais. (VILELA, 1982, p. 88).

Neste sentido, para que os professores pudessem adquirir o diploma de aluno-mestre, além do aumento de seus ordenados era necessário prestar exames das matérias da Escola Normal. Com relação ao exame, teriam que saber sobre as quatro operações de números fracionários, proporções, sistema métrico decimal, Caligrafia, noções de geografia e historia do Brasil e especialmente desta província, desenho linear, métodos de ensino e suas vantagens comparativas.

Ao professor que quisesse se habilitar pela Escola Normal era concedidos três meses de licença com ordenados. No entanto, para que o mestre fosse liberado para estudar as matérias da referida instituição deveria indicar e pagar um substituto que também teria que passar por uma banca de exames regida por alguns professores do Liceu. Conforme a lei 424, art. 10º: “os professores que, segundo a determinação da presidência, ou voluntariamente, quiserem freqüentar a escola normal, poderão fazê-lo recebendo os seus vencimentos, deixando substitutos aprovados em exame e pagos à sua custa.” (VILELA, 1982, p. 59).

Quanto aos professores/ examinadores que julgavam aptos os futuros alunos-mestres, eram os professores do liceu provincial: Adriano Augusto de Araújo Jorge (professor de Inglês do Liceu), Joaquim José de Araújo e Thomas do Bomfim Espindola. Encontramos em alguns pedidos de afastamentos a assinatura do Adriano Jorge, pela substituição do Joaquim Pontes de Miranda (professor de Retórica do Liceu).

Alguns professores exaltados moralmente e intelectualmente que lecionavam nas escolas primárias merecem destaque, os quais se submeteram a concorrer ao exame das disciplinas da Escola Normal, como foi o caso do mestre Joaquim Ignacio Loureiro Junior, em 1870.

No jornal Diário das Alagoas, do dia 7 de fevereiro de 1870, há um informe a respeito da permissão do professor público Matheus de Araújo Caldas Xexéo da vila da Imperatriz (atual União dos Palmares) para frequentar a Escola Normal. Este deixou um substituto na cadeira em que ocupava o José Elpidio da Costa Graça. O nome do professor Xexéo também aparece no mapa na freqüência dos alunos da Escola Normal de 1 a 31 de março de 1870<sup>8</sup>.

Após o funcionamento da Escola Normal, encontramos várias solicitações de professores que já exerciam a profissão, requerendo afastamento da atividade docente para

---

<sup>8</sup> Ver página 44.

estudar as matérias complementares da referida Escola. Podemos destacar ainda o caso do professor público Manoel Martins da Cunha solicitou três meses de licença para estudar as matérias complementares da Escola Normal, deixando um substituto Aristides da Silva Barbosa, como determinava a lei, para o qual foi habilitado perante a banca<sup>9</sup>.

Encontramos alguns requerimentos de 1873 também de professoras que iriam estudar as disciplinas para obter diploma de normalista. Foi o caso da professora pública de Paripueira, Rita Maria Umbelina de Souza, que solicitou três meses de licença com vencimentos para estudar as matérias da Escola Normal. A professora considerada habilitada nas condições de exercer a cadeira vaga para substituí-la foi Luzia Ignacia da Conceição. O pedido foi julgado razoável<sup>10</sup>. Outra professora que também requereu licença e julgada habilitada foi D. Capitulina Eralthildes Alves Vieira<sup>11</sup>, professora de instrução primária da Vila de Palmeiras dos Índios.

Alguns professores depois de terem prestado exame das matérias complementares da Escola Normal solicitavam aumento de seus ordenados, como foi o caso dos mestres Antonio Monteiro de Araújo Lima e Hermenegildo Amado Nonato e Silva<sup>12</sup>. Outro caso foi da professora, Balbina Tavares Bastos Moraes, que também requereu aumento devido ter cumprido com as exigências da lei 538 de 5 de março de 1870.

Vale mencionar que, por ofício da data de 17 de maio de 1871 foi negado a um professor a licença para estudar as matérias da Escola Normal, pois era exigido que o mestre que quisesse solicitar afastamento para freqüentar a instituição deveria apresentar um substituto para o cargo.

### **3.2.1 – Traços biográficos de alguns docentes**

Nesta tão prestigiada instituição para formação de docentes, alguns ilustres importantes da sociedade alagoana do século XIX atuaram como docentes, daí podemos perceber a importância da instituição na época. Havia na época um discurso para melhorar o ensino, apesar de não ser efetivado. Tal discurso era distante da realidade da época, pois faltava material além de um espaço próprio. Cujo projeto era melhorar a escolarização.

---

<sup>9</sup> Cx da instrução Pública de 1873 M20 E05.

<sup>10</sup> Cx da instrução Pública de 1873 M20 E05.

<sup>11</sup>

<sup>12</sup> Cx da instrução Pública de 1873-1874 M20 E05.

Dentre os docentes que fizeram parte da Escola Normal destacamos o Joaquim José de Araújo que foi o primeiro professor e diretor da instituição, Thomás Espindola e Diegues Junior.

### **Joaquim José de Araújo**

Joaquim José de Araujo nasceu em 1833 em Porto Alegre (RS) e veio a falecer em 2 de abril de 1904, em União dos Palmares (AL). Aos cinco anos de idade foi para Salvador, e ainda muito jovem se formou na Faculdade de Medicina. Com este cargo atuou como “médico do Exército, fez quase toda a campanha do Paraguai, chegando até aos hospitais de sangue de Montevideú, prestando, ali, *relevantíssimos serviços*.” (VILELA, 1982, p.76). Ainda de acordo com Vilela, ocupou destacados cargos na província das Alagoas “diretor da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo de Mendicidade, do Asilo dos Órfãos, médico dos pobres da justiça, da Companhia Railway, tendo ainda clinicado na cidade alagoana de São Miguel dos Campos.” (p. 76).

Com relação à educação, foi diretor da Instrução Pública, primeiro diretor e professor da Escola Normal de Maceió e no final do Império publica o *Compêndio de Pedagogia Prática*. Araújo além de professor e médico, ele foi deputado, senador, delegado de polícia, deste último pediu exoneração por ter recebido e aceito o convite para ensinar na Escola Normal. Foi professor de desenho geométrico do Liceu de Artes e Ofícios em 1884, ano em que foi fundada a instituição (GUTENBERG, 1884, p.1 e 2). Araujo prestou serviços também na imprensa alagoana, como o *Diário das Alagoas* e o *Constitucional*. Neste último, ele era um dos principais redatores. Filiou-se também ao Partido Conservador, e ocupou o cargo, sem remuneração, de diretor do Asilo de Órfãos Desvalidas (atual Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho), localizado em Maceió no bairro Bebedouro. O nome de Araújo consta na ata de instalação do atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, assim como junto aos filiados ao Partido Conservador.

Mesmo com a formação que adquirira quando aluno da Escola Normal da Bahia, reconhecia possuir algumas noções, apenas sobre o assunto. Por não ter conhecimentos suficientes de todas as matérias inerentes à cadeira para a qual havia sido nomeado, Araújo resolve ir a Pernambuco, depois de ter tido permissão, para observar o método de ensino da Escola Normal daquela província (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1870, p.1). Manifestava um desejo de ver estabelecido um curso de tanta utilidade. Por isso aceitou a nomeação. Vale mencionar que apesar de concedida à permissão teve que custear as próprias despesas durante



a estadia na província vizinha. Ao retornar, Araújo organizou o regulamento para a Escola Normal (VILELA, 1982, p.112).

O ofício de médico Araújo continuou a exercer para o qual tentava conciliar com as funções assumidas no magistério. Somente se afastara temporariamente da docência e da medicina em 16 de março de 1870, ao exercer o cargo de deputado na Assembléia Provincial (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1870, p.1). O filólogo alagoano José Alexandre Passos, autor do *Dicionário Gramatical Português* assume a Cátedra da Escola Normal durante o afastamento de Araújo (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1870, p.1). Conforme o jornal Diário das Alagoas do dia 30 de março do corrente ano:

O presidente da província nomea sobre proposta do inspetor geral dos estudos, o cidadão José Alexandre Passos para lecionar a cadeira da do curso normal desta província, durante o impedimento do respectivo professor dr. Joaquim José de Araújo, que se acha com assento na Assembleia legislativa provincial.

Encontramos também nos manuscritos da instrução pública, em 17 de março de 1873, a indicação para que José Alexandre Passos continuasse a assumir a Cátedra de Pedagogia durante o impedimento de Araújo, que ainda se encontrava na Assembléia Legislativa Provincial. Nos meses de junho e outubro do mesmo ano, é indicado para ocupar a referida cadeira, o professor da aula prática desta capital, José Coêlho de Almeida Sampaio, que passaria a reger a cadeira da Escola Normal, durante o impedimento do professor efetivo. Todavia, o manuscrito do período mencionado acima faz uma ressalva, que por várias vezes, Sampaio tem substituindo Araújo desta vez por motivo de saúde. Contudo, mesmo com os afastamentos, Araújo permaneceu com a Cátedra de Pedagogia da Escola Normal até 1889, constando seu nome no livro de ponto do liceu até 14 de fevereiro de 1889. Durante esses vinte anos ele assumiu o cargo de diretor e único professor efetivo.

Portanto, desde a efetivação da Escola Normal de Maceió havia um único professor exclusivo e diretor da instituição. Isto é, só havia uma única cadeira de ensino especializado ocupada pelo médico e professor Joaquim José de Araújo. No entanto, além de exercer a cadeira de Pedagogia, também ensinava Caligrafia, Desenho Linear, Métodos de Ensino e suas Vantagens Comparativas e Catecismo (DUARTE, 1961, p. 101 ou 102). Neste sentido, foi “encarregado de reformar o primeiro regulamento da Escola, por sinal de sua autoria” (p. 119). As demais cadeiras foram ocupadas pelos professores que ministravam as disciplinas do Liceu alagoano tais como: José Francisco Soares, Dr. José Antônio Bahia da Cunha, Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola.

## **Thomaz do Bonfim Espíndola**

Espíndola nasceu em 1832 na cidade de Maceió (AL) e veio a falecer no ano de 1889. Iniciou seus estudos primários e secundários em sua cidade natal, além dos preparatórios para o curso superior. Em 1853 pela Faculdade da Bahia se formou em Medicina, tendo defendido a tese *Dissertação Acerca da Influência Progressiva da Civilização Sobre o Homem*. Foi um grande intelectual na época, também assumiu vários cargos na Província das Alagoas, além de ter assumido a função de médico, ocupou os cargos de Deputado, presidente interino da província, jornalista.

Ocupou, ainda, as funções de inspetor-geral da Instrução; Professor de Geografia, Cronologia e História do Liceu Alagoano, Noções de Geografia e História do Brasil na Escola Normal e de Higiene do Liceu de Artes e Ofícios. Foi autor de algumas obras: Geografia Física, Política, Histórica e Administrativa da Província de Alagoas, 1860. Dessa obra foi tirada uma segunda edição, corrigida e aumentada, sob o título Geografia Alagoana, ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas. Elementos de Geografia e Cosmografia Oferecidas à Mocidade Alagoana, 1874. Foi o principal redator de O Liberal, fundado em 1869. E o autor, entre outros, do projeto que criou a Biblioteca Pública Estadual.

Responsável por uma nova proposta de ensino na província, sendo um dos que insistiu na efetivação da escola normal. “[...] não cessam os apelos do grande educador alagoano em favor do nosso instituto de mestres, chegando mesmo, em sessão da Assembléia Provincial de 20 de junho de 1860, a apresentar um projeto para a sua criação.” (Vilela, 1982, p. 48). Em nome da comissão, Espíndola procura provar e convencer aos que estavam presentes na sessão, da necessidade da Escola Normal criada em 1864, podendo neste sentido, ser reconhecido o autor e o defensor do projeto nº 36 que foi transformado na Resolução 424, de 18 de junho de 1864.

Deputado sempre presente às comissões, participando ativamente de todos os problemas da província, ele não descansou enquanto não viu, em letras de forma, a escola normal definida por lei. Criada esta, já estão como inspetor dos estudos, lutou o dr. Espindola insistentemente pela sua instalação... (1982, p.48)

### **3.3 – Os primeiros discentes da Escola Normal**

Quanto aos alunos que freqüentaram a primeira turma da Escola Normal, de acordo com Vilela (1982) foram: Manoel Balthazar Pereira Diegues; Antonio Accioly Lima;

Benedito Crescêncio P. de Carvalho; João Raposo Pinto; Floriano de Barros Pimentel e Antônio Severo do Bonfim.

Conforme os jornais consultados da época foram possíveis localizar a relação dos alunos da primeira turma de normalistas. O quadro abaixo mostra a presença dos seis alunos que cursaram as aulas da referida Escola, sendo que alguns destes também frequentavam aulas das disciplinas do Liceu Provincial, ou seja, também eram alunos do Liceu. Portanto, os quadros a seguir são importantes para conhecer quem eram esses alunos. Assim destacamos o primeiro mês que passou a funcionar as aulas e do seu término do ano de 1869.

Quadro 3 - Mapa das faltas dos alunos referente a julho de 1869 (início das aulas).

Normalistas	Escola Normal	Portugues	Latim	Inglez	Francês	Geografia	Geometria
Manoel Balthazar Pereira Diegues	1	1	1	2	1	1	–
Antonio Accioly Lima	0	4	18	–	–	–	–
Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho	11	–	–	24	–	–	–
João Raposo Pinto	0	0	–	–	14	–	–
Floriano de Barros Pimentel	2	10	–	–	–	–	7
Antonio Severo do Bomfim	0	–	–	–	–	–	–

Fonte: Diario das Alagoas, 04 de agosto de 1869, ano XII, n.176, p. 2.

Quadro 4 - Mapa das faltas dos alunos referente a novembro de 1869 (encerramento das aulas).

Normalistas	Escola Normal	Portugues	Latim	Inglez	Francês	Geografia	Geometria
Manoel Balthazar Pereira Diegues	7	4	5	5	8	8	–
Antonio Accioly Lima	0	0	8	–	–	–	–
Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho	1	1	–	–	–	–	–
João Raposo Pinto	–	–	–	–	–	–	–
Floriano de Barros Pimentel	1	1	–	–	–	–	7
Antonio Severo do Bomfim	0	1	–	–	–	–	–

Fonte: Diario das Alagoas, 24 de novembro de 1869, ano XII, n.270, p. 2.

Podemos notar que dos seis alunos matriculados, houve a desistência do aluno João Rapazo Pinto, que deixara de comparecer as aulas da Escola Normal, além das aulas das disciplinas do liceu (Português e Francês).

Para realização dos exames ocorridos no dia 9 de dezembro de 1869 foi apresentado os nomes dos alunos habilitados tanto pelo liceu quanto pela Escola Normal. O inspetor dos estudos a época José Alexandrino de Moura juntamente com os professores do liceu apresentaram os nomes dos 5 estudantes considerados aptos pela Escola Normal, os quais deveriam comparecer ao exame: Manoel Balthazar Pereira Diegues, Floriano de Barros Pimentel, Antonio Severo do Bomfim, Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho e Antonio Accioly de Lima. No entanto só compareceram quatros, no qual dois foram aprovados plenamente Floriano de Barros Pimentel e Antonio Severo do Bomfim e dois aprovados simplesmente Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho e Antonio Accioly de Lima. (Diario das Alagoas, 20 e 21 de janeiro de 1870, n. 15 e n. 16, p.). Portanto, além da desistência do normalista João Raposo Pinto, outro aluno que de certa forma abandona o curso não comparecendo ao exame, embora apto, foi o Manoel Balthazar Pereira Diegues, contudo este volta e requer passar pela banca de exame. (Vilela, p. 86). Os examinadores da Escola Normal foram padre Manoel Amancio das Dores Chaves, José Francisco Soares e Joaquim José de Araújo.

Quadro 5 - mostra que de 1 a 28 de fevereiro de 1870 além do retorno de Manoel Diegues, há ingressos de mais normalistas, totalizando em 14 alunos.

Normalistas	Escola Normal	Portugues	Latim	Inglez	Francês	Geografia	Geometria
Manoel Balthazar Pereira Diegues	0	0	1	0	2	2	2
Antonio Accioly Lima	0	0	1	–	–	2	0
Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho	0	0	–	–	2	1	–
Floriano de Barros Pimentel	0	0	–	–	2	1	–
Antonio Severo do Bomfim	0	0	–	–	–	2	6
Francisco Joaquim Telles Junior	0	0	0	–	–	–	0
José Fernandes Pires de Freitas	0	–	0	–	0	–	–
Francisco Gomes de Araujo Ferraz	0	1	–	–	–	–	–
Joaquim da Silva Aboim	1	1	–	–	–	–	–
Eduardo Maciel Caparica	5	–	–	–	4	–	–

Americo Brasileiro de Mello	5	3	-	-	-	-	-
Eliodoro Elogio de Barros Rangel	2	-	-	-	-	-	-
Antonio Pedro de Alcantara	2	-	-	-	-	-	-
Antonio Duarte Leite da Silva	8	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diario das Alagoas, 08 de março de 1870, ano XIII, n. 54, p. 2-.

Quadro 6 – mostra que no mês seguinte de 1 a 31 de março de 1870 há ingresso de outros normalistas.

Normalistas	Escola Normal	Portugues	Latim	Inglez	Francês	Geografia	Geometria
Manoel Balthazar Pereira Diegues	-	-	3	4	6	3	6
Antonio Accioly Lima	-	-	-	-	-	6	12
Benedicto Crescencio Pereira de Carvalho	-	-	-	-	-	12	21
Floriano de Barros Pimentel	-	-	-	-	-	11	21
Antonio Severo do Bomfim	-	-	-	-	-	2	20
Francisco Joaquim Telles Junior	0	0	1	-	-	-	2
José Fernandes Pires de Freitas	2	5	0	-	1	-	-
Francisco Gomes de Araujo Ferraz	0	0	-	-	-	-	-
Joaquim da Silva Aboim	1	2	-	-	-	-	-
Eduardo Maciel Caparica	6	-	-	-	7	-	-
Americo Brasileiro de Mello	8	9	-	-	-	-	-
Eliodoro Elogio de Barros Rangel	15	-	-	-	-	-	-
Antonio Pedro de Alcantara	8	1	-	-	-	-	-
Antonio Duarte Leite da Silva	8	-	-	-	-	-	-
Matheus de Araujo Caldas Xexéo	0	-	-	-	-	0	-
Candido Callado Bezerra de Mello	3	4	6	-	1	-	-
Bernardino de Sena Avelino Paes	6	6	-	-	-	-	-
Leovergildo da Silveira Costa	3	2	-	-	-	-	-

Fonte: Diario das Alagoas, 04 de maio de 1870, ano XIII, n. 101, p. 2.

Segundo o relatório (fala) do presidente da província de 1871 havia 11 alunas matriculadas na escola prática, pois os professores que já atuavam nas escolas primárias

poderiam pedir afastamento de 3 meses para cursar a escola normal. Contudo aparecem nomes de professores do sexo masculino que solicitou afastamento, porém das professoras só aparecem matriculadas e freqüentando a escola prática.

Em 1870, o presidente da província designa para as professoras que já lecionavam nas escolas primárias para freqüentarem a escola prática do sexo feminino. (ver resolução 538).

Durante o segundo semestre de 1870 os alunos do 2º ano do curso normal freqüentaram as escolas práticas, no total de 3 alunos. Os professores que fossem habilitados passava a ter o ordenador de 800\$000rs.

Sendo então os diplomados de 1871 os mestres-escolas Francisco Gomes de Araújo Ferraz, Eduardo Maciel Caparica, Cândido Callado Bezerra de Mello e Américo Brasileiro da Costa Mello. (Vilela p. 88). De acordo com o manuscrito da instrução pública de 15 de janeiro de 1874 foi indicado que o aluno-mestre, Candido Callado Bezerra de Mello, deveria assumir a cadeira de Jaraguá devido à solicitação do professor para o qual foi concedida licença.

Em 1878 o número de alunos foi reduzido se comparado aos primeiros anos da Escola Normal. Tal condição aponta para uma interpretação a respeito sobre o fato de que para o público masculino a formação docente era cada vez mais insignificante. Observando as matérias publicadas nos jornais, constatamos que aparece na lista de ponto, frequentando as disciplinas do curso normal (de março e maio de 1878) apenas os seguintes discentes:

Quadro 7 – Mostra que em 1878 houve uma redução de alunos na Escola Normal.

1º ano	Disciplinas
Antonio Alexandrino da Costa Santos	Pedagogia e Portugues
2º ano	Disciplinas
João Nunes de Oliveira Sobrinho	Aritmética e Geografia
João Theodoro Pinto de Amorim	

Fonte: O Liberal, 25 de abril de 1878, ano X, n.76, p. 2.

De acordo com o relatório publicado no jornal *O Liberal* de 29 abril de 1878, observamos que após quase dez anos de funcionamento da Escola Normal havia apenas três alunos matriculados. Na fala do presidente da província, Francisco de Carvalho Soares Brandão, no referido relatório, divulga que o ensino primário ainda necessitava de bons mestres formados:

[...] avulta principalmente a incapacidade do professorado, que em sua maioria, na opinião do illustrado director geral interino, peza inutilmente sobre os cofres provinciaes. Essa incapacidade, a falta de estímulo e zelo no cumprimento do dever é que é preciso, ante de tudo, combater por meio de fiscalisação severa e constante, sob a sancção de penas disciplinares convenientemente estabelecidas, e tendo-se recompensas para os bons professores.

No jornal *O Liberal* de 1878, encontramos o aluno-mestre Antonio Severo do Bomfim, um dos primeiros alunos da Escola Normal quando foi instalada em 1869. Ele solicitava publicação no referido jornal um anúncio de uma escola particular na cidade de São Miguel onde lecionava as matérias de que compõem a Escola Normal: francês, música vocal e instrumental. No final da nota traz uma ressalva a respeito de ensino gratuito aos pobres. (*O Liberal*. Maceió, 2 de julho de 1878, ano X nº: 130, p.4).

### **3.3.1 - Traços biográficos de alguns discentes**

#### **Joaquim Inácio Loureiro Junior**

Loureiro Junior estudou as primeiras letras com José Prudente de Barros professor das aulas de ensino mútuo. “[...] bem cedo o Prof. José Prudente de Barros, que lhe ensinou as quatro espécies de conta e o afiou em tabuada, argumentando ferozmente, com a palmatória em punho, 4 mais 8 noves fora vezes 7? – mandou-o decorar [...]” (Revista de Ensino, Maio – Agosto de 1930).

Segundo Humberto Vilela (1982), Loureiro Junior estudou no Liceu Provincial. Em 1862, com 16 anos, fez o curso para professor, foi aprovado e nomeado em outubro para a cadeira masculina de Matriz do Camaragibe, onde iria permanecer por dois anos. Dela foi removido para a Barra de São Miguel.

De acordo com o jornal *Diario das Alagoas* de 1869, o professor público, Joaquim Ignácio Loureiro Júnior que ainda ocupava a cadeira de primeiras letras da Barra de São Miguel, requeria licença para freqüentar a Escola Normal de Maceió. No entanto, solicitava um substituto aprovado em exame, que seria pago à sua custa na conformidade do \$ 10 do art. 19 da resolução n. 424 de 18 de junho de 1864. (*DIÁRIO DAS ALGOAS*, 1869, P.1). Por conseguinte em 1870 foi removido para Maceió, onde iria ensinar no Poço.

Da Barra de S. Miguel veio removido para o Poço em 2 de julho de 1870. Aqui, aproveitou a maior facilidade de meios para melhorar a sua posição pedagógica, inscrevendo-se no antigo Curso Normal, onde veio a diplomar-se em novembro desse ano, apropriando-se de novos métodos e de mais acrescentados conhecimentos, por força de lições obrigatórias e no trato de mestres experientes,

convictos de que a auto-didática é como negócio de hipoteca... Só rende aquele jurozinho miserável.

Graças ao seu novo diploma, foi nomeado professor da primeira cadeira da sua cidade natal em 10 de fevereiro de 1871.

Desta forma, o professor Loureiro Junior solicitou admissão a exame de suficiência nas matérias do ensino público primário do qual ainda não havia sido habilitado. Em sua solicitação anexa o termo de exame realizado em 1862, de acordo com a lei. O documento constava que nesta época já havia sido nomeado para ocupar a cadeira masculina de primeiras letras da povoação de Camaragibe.

Cumprindo determinações de lei, o professor pediu, inicialmente, ao presidente da província, que lhe mandasse dar, por certidão, o termo do exame (realizado em 19.8.1862) que o requerente prestou para provimento vitalício da cadeira da povoação de Camaragibe. (VILELA, 1982, p. 88).

Loureiro Júnior foi habilitado para ser professor de primeiras letras antes da criação da Escola Normal (1864), no entanto, após a instalação da instituição (1869), aproveitou para aperfeiçoar-se, tendo-se inscrito em Pedagogia na Escola Normal, onde se forma em 1870.

Em ofício de 12 de novembro de 1870, o diretor geral da Instrução Pública dá conta ao presidente da província dos exames prestados pelo professor Joaquim Ignácio Loureiro Júnior, nos quais foi aprovado nas matérias que lhe faltavam para completar o curso normal, anexando, ainda, cópia da ata dos exames. (VILELA, 1982, p. 88 e 89).

Com o novo diploma é nomeado, em 1871, professor da primeira cadeira, em sua cidade natal. Vale destacar, que Loureiro Junior também lecionou gratuitamente na escola noturna.

### **3.4 – O Compêndio de Pedagogia Prática (1886)**

Antes da efetivação da Escola Normal da Província das Alagoas, já havia a preocupação do Inspetor Geral dos Estudos, Thomaz do Bomfim Espíndola, em recomendar que fossem adotados alguns exemplares de livros didáticos para serem distribuídos aos professores de primeiras letras. Em seu relatório (1866) ele se refere ao presidente da província, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, para o qual indica comprar as seguintes obras: *Curso de Pedagogia Prática* escrito por Mr. Daligault e traduzido pelo Dr. Joaquim Pires Machado Portella. A obra de Daligault era reconhecida nas províncias brasileiras como uma necessidade no currículo das escolas primárias para que os docentes tivessem conhecimento do magistério que iriam praticar “[...] reconhecendo sêr de maior urgencia e



necessidade se imprimir e distribuir sem demora pelas Escolas Publicas da Provincia [...]”. Outra obra sugerida foi: *Ensino Mútuo* por Mr. Sarazin, traduzido por J. Alves Portella. A adoção dessa obra estaria na precisão dos professores conhecerem os diversos métodos, principalmente o de ensino mútuo. Neste sentido, Espíndola afirma:

Emquanto não é satisfeita a primeira medida – a instalação da escola normal – que só poderá encontrar embaraço no accrescimento de uma despesa não superior a 3:000\$000 réis, attendendo-se a que os lentes serão os mesmos do lycêo, pelo que não soffrerão incremento algum em seus vencimentos, seria util e conveniente que a V. Exc. se dignasse de mandar comprar uns 100 exemplares do curso pratico de pedagogia por M. Daligault, traduzido por J.P.M.P. e outros do ensino mutuo de M. Sarazin professor do curso especial do ensino mutuo de Pariz e traduzido por J. Alves Portella, para serem distribuidos pelos professores, afim de que eles se ponham a par do dever do seu magisterio e dos diversos methodos de ensino (Relatório de Tomaz do Bomfim Espindola, 1886).

A finalidade em adotar estas obras era de aperfeiçoar professores para ministrarem o ensino de primeiras letras, desta forma tornando-se conhecedores dos deveres e dos métodos de ensino. (VILELA, 1982, p. 93 a 96). No sentido de que, os saberes ensinados nas escolas de primeiras letras deveriam ser uniformizados. “[...] uma tentativa de uniformização dos compêndios escolares em todo o território brasileiro para subsidiar a homogeneidade nas práticas dos métodos de ensino, servindo, também, de suporte material para a prática docente [...]” (XAVIER, 2007, p. 95 e 96). Por não haver material específico para a metodologia docente resumia-se “[...] a possibilidade de os estudantes levarem de sua própria casa livros ou manuscritos [...]” (XAVIER, 2007, p.89). Logo, essa padronização do ensino estaria atrelada a organização de compêndios para serem utilizados nas escolas.

Contudo, após quase duas décadas de funcionamento da Escola Normal de Maceió Joaquim José de Araújo resolve organizar e publicar em 1886 o *Compêndio de Pedagogia Prática*. Obra que serviu para ministrar a disciplina que ele lecionava na Escola Normal, na cadeira de Pedagogia. A referida obra destinava-se para uso dos normalistas ou servia como manual para orientação na formação dos professores, que estavam atuando nas escolas de primeiras letras da província. Neste sentido, era uma forma dos alunos do referido curso ou dos docentes que já se achavam lecionando colocarem em prática os métodos sugeridos. Araújo se baseou no estudo da obra do mencionado francês Mr. Daligault, *Curso Prático de*

*Pedagogia*.<sup>13</sup> É possível que havendo esse processo de imitação, os autores brasileiros fugiam do contexto sócio-político-econômico da realidade local.

O *Compêndio de Araújo* destaca-se por ser apropriado a educação e instrução da infância e pela possibilidade de se conhecer as principais orientações teórico-metodológicas do ensino das primeiras letras da época. Encontra-se dividido em duas partes: a primeira em 15 capítulos que aborda o estudo da pedagogia, conceitos e finalidade do ensino. E a segunda está distribuída em 25 capítulos, dos quais, grande parte, centra atenção nos aspectos metodológicos do ensino e das mais diversas formas diferenciadas, o qual devia ser aplicado na escola. Consequentemente consta de 69 páginas, no total de quarenta (40) capítulos.

Quadro 8 – Índice da obra *Compêndio de Pedagogia Prática* (1886) adotada e utilizada na Escola Normal de Maceió.

<b>Divisão da obra</b>	<b>Capítulos</b>	<b>Tema</b>
Prefácio	–	–
Parecer	–	–
1ª parte – Pedagogia	I	Definição e divisão do ensino
	II	Da educação physica
	III	Da educação intellectual
	IV	Da instrucção propriamente dita
	V	Da mobília das escolas
	VI	Dos meios disciplinares
	VII	Da boa distribuição do tempo
	VIII	Da classificação dos alumnos
	IX	Da divisão do tempo
	X	Ordens precisas e úteis
	XI	Registros
	XII	Inspectores
	XIII	Premios
	XIV	Punições
	XV	Da educação moral
2ª parte - Metodologia	I	
	II	Methodos geraes
	III	Metodo individual
	IV	Vantagens do methodo individual
	V	Inconveniencias do methodo individual
	VI	Methodo simultâneo
	VII	Vantagens do methodo simultâneo
	VIII	Methodo mutuo
	IX	Vantagens do methodo mutuo
	X	Inconveniencias do methodo mutuo
	XI	Methodo mixto ou simultaneo-mutuo
	XII	Considerações sobre os quatro methodos geraes do ensino
	XIII	Methodos particulares
	XIV	Methodos de leitura

<sup>13</sup> A obra foi escrita em francês pelo diretor da Escola Normal da França Mr. Daliguat, além de ter sido traduzida por Franc de Pauliscéa Marques de Carvalho. Era destinada aos alunos das escolas normais primárias, aos aspirantes ao magistério, e aos professores em exercício.

	XV	Methodos de antiga soletração
	XVI	Methodo de nova soletração
	XVII	Methodo de leitura sem soletração
	XVIII	Apreciação dos trez methodos de leitura
	XIX	Principios a seguir no ensino da leitura
	XX	Methodos de escripta
	XXI	Objectos necessarios para o ensino de escripta
	XXII	Methodos de contabilidade
	XXIII	Do calculo verbal
	XXIV	Do calculo escripto
	XXV	Do ensino da lingua nacional

Fonte: Tabela elaborada a partir da obra - Compêndio de Pedagogia Pratica de Joaquim José de Araújo

Podemos considerar este manual de relevância na História da Educação do Brasil, em especial no estado de Alagoas durante o século XIX. Esta obra encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo procuramos analisar como se deu o processo de formação dos professores nas escolas normais do Brasil, especificamente na Província de Alagoas no período Imperial. No entanto, mesmo havendo muita insistência por parte de alguns políticos, como presidentes de províncias e inspetor geral da instrução pública, observamos que no século XIX, havia uma precariedade na estrutura do ensino, desde a falta de móveis, instrumentos de trabalho para o uso dos professores, além de em sua maioria não terem estabelecimentos próprios para instalação devida das escolas.

A questão financeira perpassava por todas as províncias brasileiras, entretanto a Instrução Pública a partir das primeiras décadas do século XIX insiste nas várias tentativas de implantação das escolas normais, cuja preocupação estava voltada para a formação dos professores do ensino primário. Logo, a Escola Normal foi criada para suprir ao despreparo dos mestres, neste sentido, era recomendada a habilitação dos professores que não possuíam habilitação e para aqueles que queriam seguir a carreira do magistério.

Contudo, constatamos que antes da efetivação da Escola Normal os professores já possuíam uma carreira docente, limitando-se assim a ler, escrever, contar e conhecimentos morais e religiosos. Logo, a referida instituição será um curso de extensão do ensino elementar, com o desígnio de preparar os mestres na prática do ensino, passando a obter habilitação específica. O ensino curricular para os normalistas resumia-se em aprender os conteúdos que iriam ensinar nas escolas primárias.

A Escola Normal de modo geral era destinada ao público masculino, no entanto, as mulheres passaram a ingressar na referida instituição, tornando-se predominante no final do Império. A causa dessa transformação ocorreu quando os candidatos à profissão docente buscavam interesse em outras profissões que fossem bem remuneradas. Vale destacar, que o ensino estava além do espaço escolar, em que as mulheres já eram vistas como aquelas que tinham vocação para o magistério, sendo estas dedicadas não só as prendas domésticas, como poderiam dar bom exemplo moral e religioso.

Portanto, que este trabalho possa motivar a outras pesquisas no que diz respeito à História da Educação, precisamente relacionada ao percurso da profissão docente no estado de Alagoas. É muito instigante conhecer o processo de formação, desde as lutas e as conquistas que ocorreram na Escola Normal de Maceió. Neste sentido, esta pesquisa ainda me instiga em procurar novos vestígios, em conhecer o passado que se torna tão presente.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joaquim José. *Compêndio de Pedagogia Prática*. Maceió: 1886
- ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p.11-27.
- ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de e LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In. ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. P. 191-202.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. João Pessoa, 2010. (tese de doutorado)
- BASTOS, Maria Helena Camara. *A Formação de Professores para ensino mútuo no Brasil: O curso normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando (1939)*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 240-269.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Reformas da Instrução Pública*. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 225-251.
- CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/ FCH-FUMEC, 2005.
- COSTA, craveiro. *Revista de Ensino* (órgão oficial da diretoria da Instrução Pública). Maceió, Julho – Agosto de 1927. Ano I, n. 4
- \_\_\_\_\_, Craveiro. *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.
- DALIGAULT. *Curso Pratico de Pedagogia*. Santa Catharina. Typographia de Ribeiro & Caminha. 1870.
- DUARTE, Aberlado. *História do Liceu Alagoano*. Maceió. Dac – SENAC – AL. 1961.
- ESPINDOLA, Tomaz do Bomfim. *Relatório da Instrução Publica e Particular da Província das Alagoas*. Typ. Do bacharel Felix da Costa Moraes. 1866.

- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FILHO, Luciano Mendes de Faria. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As escolas Normais da Província – A organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 163-175
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- KULESKA, Wojciech Andrzej. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. P. 263-278.
- LARA, Hunold Silvia. *Os Documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. Porto Alegre, v. 15, n.28, p. 17-39, 2008.
- LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 09-24.
- LINS, Ana Maria Moura. O método Lancaster: educação elementar ou adestramento? Uma proposta pedagógica para Portugal e Brasil no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 73-93.
- LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Um viveiro muito especial – Escola Normal e profissão docente no Piauí. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 107-122.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias: subsídios para a História da educação no Brasil: 1834-1889*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.
- MOTTA, Diomar das Graças e NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 299-306.

- ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal da Província da Bahia. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 47-60.
- SILVA, Eliane Marques da e SANTOS, Renata Maria da Conceição dos. A institucionalização do ensino secundário no Império em Alagoas – o percurso do Liceu Provincial (1849-1900) Maceió, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. A constituição da Escola Normal do Ceará em documentos oficiais e no discurso jornalístico. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 203-215.
- SILVA, Sidney Reinaldo da. *Instrução Pública e Formação Moral: A gênese do sujeito liberal segundo Condorcet*. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil: vol. II – século XIX*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.
- VERÇOSA, Elcio de Gusmão. *Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais*. Maceió: Catavento, 2001.
- VILELA, Humberto. *A Primeira Casa Escolar de Maceió*. Maceió: Edufal, 1980.
- \_\_\_\_\_, Humberto. *A Escola Normal de Maceió (1869 – 1937)*. Maceió: Edufal, 1982.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil – concepções sobre a instituição da formação docente no século XIX. In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. P. 29-45.
- \_\_\_\_\_, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-134.
- XAVIER, Ana Paula da Silva. *A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso: 1837-1889*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

Cx. M = 20 E = 05. Ano 1873. Relatório expedido pela Diretoria Geral da Instrução Pública destinado ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Luis Romulo Perez Moreno.

Cx. M = 20 E = 05. Ano 1874. Relatório expedido pela Diretoria Geral da Instrução Pública destinado ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Luis Romulo Perez Moreno.

## **FONTES IMPRESSAS**

- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 11 de fevereiro de 1859, ano II, nº 33, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 02 de julho de 1869, ano XII, nº 148, p.1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 07 de julho de 1869, ano XII, nº 152, p. 3.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 04 de agosto de 1869, ano XII, nº176, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 26 de agosto de 1869, ano XII, nº 195, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de novembro de 1869, ano XII, nº 270, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 20 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 15, p.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 21 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 16, p.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 07 de fevereiro de 1870, ano XIII, nº 29, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 08 de março de 1870, ano XIII, nº 54, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 29 de março de 1870, ano XIII, nº71, p.1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 30 de março de 1870, ano XIII. nº72, p. 1.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 02 de abril de 1870, ano XIII, nº 75, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 04 de maio de 1870, ano XIII, nº 101, p. 2.
- DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 17 de maio de 1870, ano XIII, nº 112, p. 2.
- GUTENBERG, Maceió, 26 de janeiro de 1884, ano IV, nº 5, p. 1 e 2.
- JORNAL DAS ALAGOAS, Maceió, 06 de setembro de 1870, ano I, nº 02 p 1.
- O LIBERAL, Maceió, 25 de abril de 1878, ano X, nº76, p. 2.
- O LIBERAL, Maceió, de 29 abril de 1878, ano X, nº 79, p. 1.
- O LIBERAL, Maceió, 2 de julho de 1878, ano X nº130, p. 4.